

OSCAR

DARCY REVISTA DE JORNALISMO CIENTÍFICO E CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Nº 13 · JANEIRO E FEVEREIRO DE 2013



UnB



50¹⁹⁶²
2012



nas fotos de José Varella

Uma homenagem ao gênio da arquitetura que fundou a UnB e ao premiado fotógrafo, ex-aluno



De darcy.xingu@unb para oscar@ceplan.edu

Professor,

Foi minha a ideia de trocar o nome da revista nesta edição, como forma de reverenciar seu extraordinário talento. Seu lápis deu personalidade à UnB na forma desse prédio magnífico, que é o Instituto Central de Ciências (ICC), Minhocão. Você foi genial até na escolha da hora de vir para cá, no ano do cinquentenário da nossa universidade.

Espero que seja portador de informações mais detalhadas sobre as novidades que chegam por aqui de vez em quando. Soube que a Universidade já tem quatro campi, quase 40 mil alunos e uma oca feita pelo Lelé, sede da Fundação batizada com o meu nome e popularizada, entre os estudantes, como beijódromo, tal como sugeri. Meu ponto de vista é que há hora para tudo – estudar, pensar, fazer política e namorar, uma das atividades mais sábias deste mundo, e da qual me acusavam de exercitar exageradamente, como se se tratasse de um crime.

Também me contaram que o prédio de Serviços Gerais (SG-10) do Centro de Planejamento (Ceplan), que você desenhou como ensaio para o Minhocão, inspira até hoje obras pós-modernas nos campi do Plano Piloto e das cidades-satélites, para onde a UnB expandiu-se a partir de atraentes construções recém-inauguradas. Li no Portal que o Ceplan ainda conserva aqueles desenhos que você fez na parede.

Não é surpresa para mim que essas e outras formas elegantes de construção se imponham em pleno século XXI, como o Auditório Dois Candangos, obra de arte que supera o tempo como ícone da modernidade que você e

o Lúcio trouxeram para o Centro-Oeste e levaram mundo afora há 50 anos.

Na edição nº 3, de novembro e dezembro de 2009, a revista revelou com exclusividade aqueles quatro cartões postais com croquis inéditos. “Com o corte lateral da Praça Maior da UnB, Niemeyer mostra o desejo de abrir espaço para que os visitantes vissem o céu de azul singular da capital. O uso do pilotis, marca registrada do arquiteto, revela o amplo espaço aberto sob o Museu de Ciência, ao fundo”, dizia um deles.

Muita gente vê na imponência da Esplanada e na leveza das colunas do Palácio da Alvorada a consagração do traço que deu forma ao século passado. Eu, que acompanhei de perto o que você mediu, riscou e ergueu no centro da UnB sei que é o Minhocão que sintetiza essa revolução cultural.

A luz que o dia derrama nos seus jardins internos, os vãos moldados nos anfiteatros, o espaço avarandado ao longo das salas e os mezaninos que unem as alas sintetizam o que chamei de “único testemunho da nossa civilização, depois que tudo o mais for destruído”. A educação inquietou a mim e ao Anísio, que está aqui, ao meu lado, no comitê de recepção, mas você foi além. O que suas curvas exprimem, de fato, Oscar, é o futuro que o país passou a ostentar por toda parte e você levou ainda mais longe na longa vida que soube tão bem viver para proveito de todos nós.

PS – Espero que o Elio Gaspari não me cobre direitos autorais por tomar emprestado o estilo de escrever e-mails em sua coluna. ■

Praça dos Três Poderes

Simboliza a harmonia entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Quase um museu a céu aberto, abriga esculturas de diversos artistas e construções menores, a maioria desenhada pelo arquiteto de Brasília, como o Pombal e o Museu da Cidade





1789 NA ANTEVISÃO DA LIBE
GRAMA A LOCALIZAÇÃO DA

1891 A CONSTITUIÇÃO REPU
CENTRO DO PAÍS, MANDAME

1955 O CANDIDATO À PRES
SOLENEMENTE NO COMÍCIO
A NOVA CAPITAL.

1956 O PRESIDENTE JUSCE
EMPOSSADO REMETE AO C
TEL Nº 2871 DISPO
URBANIZADA DA NOVA
TUDDO INAL FINHE C

EM 2 DE OUTUBRO, O
LOCAL ESCOLHIDO E DE
DA CONSTRUÇÃO.

EM 3 DE ABRIL O
AO PAÍS SUA NOV
SOLUCION E DETERMIN
COM A SUA GRANDEZA



Os palácios dos presidentes
À esquerda, o Planalto, gabinete dos chefes de Estado nos últimos 50 anos. À direita, o Alvorada, residência oficial. O ângulo inusitado das fotos (fundos das construções) traz o detalhe das colunas de traços modernistas







Símbolos de Brasília

O céu e os ministérios, na Esplanada. Um, natural; outro, tão marcado no imaginário brasileiro, que parece sempre ter estado lá. Os 17 prédios enfileirados nos dois lados de uma das avenidas mais largas do mundo dão a impressão de peças à espera do “efeito dominó”





VARELLA NAS OBRAS DE OSCAR NIEMEYER

José Negreiros

José Augusto Varella Neto veio para Brasília menino, em 1966. Filho de funcionário público, morou na 109 Sul, centro de um conjunto de quadras que formavam o primeiro bairro classe média da cidade. Ali surgiu o Bar Beirute, sede da boemia candanga. Perto havia a única Escola Parque que vingou e o Clube de Vizinhança, onde o ídolo do basquete, Oscar Schmidt, começou a jogar. Era véspera do golpe dentro do golpe. A linha dura tomou o poder, decretou o AI-5, instituiu a tortura e levou ao infarto o Brasil e o ditador de plantão, general Costa e Silva.

O batismo de Varella para a fotografia ocorreu num mundo um tanto ingênuo, se visto longe dos quarteis. O Brasil se resumia ao Rio de Janeiro e a política era proibida. Seu pai trabalhava no Poder Legislativo e ficaria feliz se o filho o sucedesse numa diretoria da Câmara dos Deputados. A paisagem, no entanto, era riquíssima. O descampado verde cercado pela simetria dos 17 prédios dos ministérios, quatro palácios e as solitárias torres gêmeas do Congresso. Eis o *playground* profissional do Zé.

Aos 17 anos, foi ali que ele começou a ganhar a vida tirando fotografias das obras de Niemeyer por dentro, com deputados e senadores simulando o jogo político. E por fora, onde “a composição se formulou em função das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres”, de acordo com Oscar.

José fotografou para o *Correio do Planalto*, *Jornal de Brasília*, *Jornal do Brasil*, revista *IstoÉ*, *Agência Estado*, *France Press*, *Correio*

Braziliense e *Agência Senado*. Cobriu a primeira campanha eleitoral com voto direto para presidente depois da ditadura e as viagens internacionais de Fernando Collor e Fernando Henrique. Entre 2002 e 2008, Varella foi mais longe. Ganhou três prêmios muito importantes, um deles internacional: Fundación Nuevo Periodismo Ibero-americano fundada pelo repórter e escritor Gabriel Garcia Marquez, Nobel de Literatura, em Cartagena de Índias (Colômbia); Ayrton Senna e Esso de Reportagem, em parceria com a repórter Ana Beatriz Magno, no caderno especial “Os Brinquedos dos Anjos”, de 12 páginas, publicado pelo *Correio Braziliense*.

Em vez de ver cartões postais, Varella capturou o caráter de monumentalidade que o traço de Niemeyer confere à capital. A estrutura que suporta a cabeça de Juscelino Kubitschek, por exemplo, sugere um aríete contra o Planalto; colunas e vãos do Itamaraty dão a impressão de fazer parte de uma paisagem remota; e a capela vista a partir da visão da sede do Poder Executivo cria uma terceira forma. As cores vazam no horizonte, no céu, na grama.

É o resultado do olho privilegiado do repórter, leitor curioso, consumidor de música, viajante profissional que enquadra, registra, multiplica dentro de outra escala. Tão belos quanto as obras do gênio, os sete registros cedidos pelo *Correio Braziliense* à revista DARCY fotografam José Augusto Varela Neto, 55 anos, que nos deixou duas semanas depois de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho, aos 105.

DARCY

REVISTA DE JORNALISMO
CIENTÍFICO E CULTURAL
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Universidade de Brasília

Reitor

Ivan Camargo

Vice-Reitora

Sônia Bão

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Isaac Roitman

Professor do Departamento de Biologia Celular

Coordenador

Luiz Gonzaga Motta

Professor da Faculdade de Comunicação

Ana Beatriz Magno

Diretora de Redação

Antônio Teixeira

Professor da Faculdade de Medicina

David Renault

Diretor da Faculdade de Comunicação

Elimar Pinheiro do Nascimento

Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável

Estevão C. de Rezende Martins

Professor do Instituto de Ciências Humanas

Gustavo Lins Ribeiro

Professor do Instituto de Ciências Sociais

Leonardo Echeverria

Editor assistente da Revista DARCÝ

Luís Afonso Bermúdez

Decano de Administração

Jaime Martins de Santana

Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Marco A. Amato

Professor do Instituto de Física

Noraí Romeu Rocco

Professor do Departamento de Matemática

EXPEDIENTE

Diretora de Redação

Ana Beatriz Magno

Editor

José Negreiros

Editores assistentes

João Paulo Vicente e Leonardo Echeverria

Repórter

Naiara Leão

Colaboradores

Isaac Roitman, Ivan Camargo e Luiz Gonzaga Motta (colunas); Tiago Amate (texto); Eurico Neto (fotos)

Editor de Arte

Apoena Pinheiro

Design

Apoena Pinheiro e Miguel Vilela

Fotografia

Edu Lauton, Emília Silberstein, Luiz Filipe Barcelos, Mariana Costa e Paulo Castro

Preparação de Texto e Revisão

Christiana Ervilha

Administração e Publicidade

Leonardo Echeverria

Distribuição

Iolanda Pereira, Marcio Silva, Rubens Silva e Salvador Junior

Redes sociais

Naiara Leão

Revista DARCÝ

Telefone: 61 3107-0214

E-mail: revistadarcy@unb.br

www.revistadarcy.unb.br

Campus Universitário Darcy Ribeiro

Secretaria de Comunicação

Prédio da Reitoria, 2º andar, sala B2-21

70910-900 Brasília-DF Brasil

Impressão: Gráfica Movimento

Tiragem: 25 mil exemplares

02 **CARTA DOS EDITORES**
Uma correspondência de Darcy
Ribeiro para o amigo Niemeyer

04 **OSCAR**
Homenagem a Niemeyer e ao
fotógrafo José Varella

14 **CARA DARCY**
A revista das crianças e a
educação indígena

16 **DIÁLOGOS**
O novo reitor Ivan Camargo faz sua
estreia ao lado de Isaac Roitman

18 **O QUE EU CRIEI**
Programa faz check-up médico a
distância por videoconferência

32 **ARQUEOLOGIA DE UMA IDEIA**
Livros feitos de plantas, trapos, pele
de carneiro e virtuais



Emília Silberstein/Unb Agência

26

BIBLIOFILIA

Historiador revela peculiaridades de
homens loucos por livros

34 **FRONTEIRAS DA CIÊNCIA**
Luiz Gonzaga Motta escreve sobre a história do diabo

56 **NO TRIBUNAL**
Pesquisador mostra que juízes também são levados pela emoção

60 **ENSAIO**
Nelson Maravalhas escapa da realidade para narrar a sua mente

66 **EU ME LEMBRO**
O pioneiro Kleber Farias Pinto relembra seus encontros com Niemeyer



Emilia Silberstein/UnB Agência

20

PERFIL

Alberto de Faria é o arquiteto com mais prédios na UnB

Foto: Luiz Filipe Barcelos/UnB Agência

DOS- SI- Ê

A Lei da Reforma Psiquiátrica, aprovada em 2001, veio para melhorar a vida de pacientes com doenças mentais. Mais de dez anos depois, a situação ainda é péssima. Iniciativas de pesquisadores da UnB ajudam a mudar esse quadro

36 PREVENIR É MELHOR

Um grupo liderado por professor da Psicologia atende pacientes em primeiras crises para evitar que se tornem psicóticos crônicos

44 NÓS, OS LOUCOS

Professor Ileno Izídio relembra a história da loucura na humanidade, marcada por exclusão, estigma e desrespeito

46 MARANHÃO ESQUECIDO

Dissertação faz um retrato de hospitais e manicômios para onde iam loucos de São Luís no começo do século XX

50 DOIDO NA CADEIA

Internação provisória de infratores com transtornos mentais é retrocesso na legislação penal



Paulo Castro/UnB Agência

EU CONHEÇO DARCYZINHO

Os gêmeos João e Tomás Perpétuo, de 7 anos, adoraram a Darcyzinho. “Eu distribui pra todos meus amigos do condomínio”, disse João. Alunos do 3º ano do ensino fundamental, os dois apontam no mapa da UnB todos os prédios que visitaram. E lá se vão Reitoria, Minhocão, Beijódromo e até o RU. A parte preferida? Tomás responde: “As respostas do professor maluquete!”.



Fale conosco

Telefone: 61 3107-0214
E-mail: revistadarcy@unb.br

Campus Universitário Darcy Ribeiro
Secretaria de Comunicação
Prédio da Reitoria, 2º andar, sala B2 – 21
70910-900 Brasília-DF Brasil

SIGA-NOS:



[facebook.com/revistadarcy](https://www.facebook.com/revistadarcy)



twitter.com/revistadarcy

FAMÍLIA

Tive a oportunidade de conhecer a DARCY na Universidade de Brasília. Despertou-me muito interesse e mostrei para a minha família. Meu pai tem 79 anos e elogiou bastante a revista. Segundo ele, a DARCY é muito interessante e mostra as reportagens de uma maneira objetiva. Adorei!

Nair Mendes, estudante de Turismo da UnB, Taguatinga-DF

ARQUEOLOGIA

Não pude deixar de apreciar a reportagem “Não procriarás”, publicada na revista nº 11 por Mariana Vieira. Parabéns pela matéria e por todo o trabalho realizado!

Thiago Lenharo di Santis, escritor e filósofo, São José dos Campos-SP

BELA UNB

Gostaria de parabenizá-los para revista DARCÝ. É muito interessante, tem uma linguagem agradável e é muito bonita! Além de tudo, nos informa sobre tantas coisas bacanas que são feitas na UnB.

Helena Costa, professora do Departamento de Administração da UnB

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Olá pessoal da DARCÝ, é um prazer escrever para vocês. Conheci a revista na 18ª edição do evento Ciência Jovem, aqui em Recife. Fiquei encantado por esta revista! Sou leitor assíduo de outras revistas, mas nenhuma se compara a esta.

Lucas Felipe Noia da Silva, estudante, Recife-PE

PRAZER NA LEITURA

Quero elogiar o trabalho da DARCÝ ao mostrar a cara da UnB, seus feitos e cotidiano. É apaixonante ver a dinâmica da Universidade materializada em conteúdo atrativo e relevante. Gosto do debate sobre a ciência e o vejo importante e necessário em um contexto onde os estudantes, muitas vezes, se fecham em definições como Humanas ou Exatas e se limitam a vivenciar as possibilidades do conhecimento em uma de suas casas, a UnB. Ler DARCÝ é um momento de prazer onde vejo quebrada a rixa entre esses dois lados que não fazem nada melhor do que se completar.

Johnatan Reis, aluno de jornalismo, Riacho Fundo-DF

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Sou professora formada em Matemática e dou aula de química na escola indígena Jula Paré na aldeia Umutina, no município de Barra do Bugres (MT). Tive acesso à DARCÝ nº 09 há pouco tempo, o que é uma pena, pois me apaixonei por ela. Os artigos e as matérias são excelentes tanto para os professores como para os estudantes. Adorei a receita do bolo feito de jenipapo, achei muito fácil de fazer, comentei com os alunos do 3ºc/3ª fase e do 1º ano do ensino médio e eles ficaram curiosos para saber o gosto que teria esse bolo. Colocamos a mão na massa e resolvemos fazer: acertamos na primeira. Gostaria muito de receber essa revista, pois sei que irá me ajudar e muito.

Profª Eneida Kupodonepá, Barra dos Bugres-MT

INCLUSÃO

É com grande satisfação que acompanho todas as edições da revista desde sua primeira edição. E agora também em seu formato infantil! Sabemos que a Universidade a partir de agora tem uma nova gestão. A ela, os votos de uma boa administração das coisas públicas. Ficamos também na expectativa de que, com o advento da nova gestão da Universidade, a DARCÝ continue chegando às mãos de todos nós que aguardamos cada edição desta revista, um belo meio de "inclusão intelectual".

Marcos Oliveira, estudante de Filosofia, Valparaíso de Goiás-GO

TROCA

Sou editora da revista da Universidade Federal do Espírito Santo e vinha recebendo os exemplares da DARCÝ, que eram lidos e repassados para os demais colaboradores da nossa publicação. A revista enriquecia e ampliava o nosso campo de visão sobre as pesquisas realizadas na UnB e nos fazia correr atrás de pautas para a nossa publicação. Os últimos exemplares não chegaram e gostaríamos de voltar a receber a DARCÝ.

Emilia Manente, jornalista da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES

Resposta: *Emilia, vamos checar por que as últimas revistas não foram enviadas e corrigir o problema.*

ASSINATURA

Um dia desses, passando por um corredor da UnB, peguei um exemplar da edição que estava sendo distribuída e gostei muito. Vi no "Cara DARCÝ" que temos a possibilidade de ganhar a assinatura da revista durante um ano, então estou enviando esse e-mail pra pedir que publiquem minha carta para que eu possa acompanhar as novidades da revista e da UnB.

Elaine Cristina da Silva Brandão, estudante de Educação Física da UnB, Samambaia-DF



Prezado(a) leitor(a),

No ano passado, DARCÝ deu um novo passo com o lançamento de uma edição especial para crianças, a Darcyzinho. Assim como a UnB, que começa o ano sob a gestão do novo reitor Ivan Camargo, a DARCÝ entra em nova fase com atenção ainda maior para os assuntos que possam ter um impacto positivo na educação dos estudantes do ensino médio. Com a nova lei de cotas que prevê 50% das vagas nas universidades federais para escolas públicas, ferramentas que extrapolem a maneira tradicional de ensinar se fazem mais necessárias. DARCÝ é uma delas. Uma amostra do potencial da revista está na carta que recebemos da professora indígena Eneida Kupodonepá, que leciona química na aldeia Umutina, em Barra dos Bugres, no Mato Grosso. Ela usou a receita do bolo de jenipapo publicada na 9ª edição para mostrar aos alunos uma alternativa para a fruta geralmente usada para pinturas corporais. Agora, Eneida vai receber uma assinatura da DARCÝ.

NOVOS CAMINHOS PARA A UnB

Ivan Camargo *

O ano começa com a Universidade de Brasília sob nova gestão. A primeira mensagem que eu gostaria de enviar aos colegas professores, estudantes e técnicos-administrativos é o desejo de que 2013 seja repleto de realizações. O lançamento da 13ª edição da Revista DARCÝ traz uma característica muito importante desta administração: não haverá rupturas de qualquer natureza. Contratos, projetos e compromissos institucionais serão todos honrados.

O respeito aos acordos anteriormente assumidos pela Universidade não quer dizer imobilismo. Pelo contrário. A nossa proposta é de mudança – focada na melhor gestão dos processos para que a comunidade acadêmica dedique seu tempo à pesquisa, inovação, ensino, extensão e criatividade. Conforme defendemos ao longo do processo eleitoral, o mandato que recebemos será orientado por três grandes eixos de ação: conformidade legal, austeridade orçamentária e união por meio do diálogo. Eles formam a base indispensável à proposta de Universidade que queremos.

O primeiro constitui a essência dos procedimentos necessários à construção da segurança jurídica exigida no Estado Democrático de Direito. Rigor orçamentário é a norma que assegura a manutenção da sustentabilidade fiscal conquistada após o fim da inflação. E a união, no meu entendimento, significa o fator imprescindível para impulsionarmos a Universidade da qual estamos falando. Teremos mudanças, também, na comunicação. O foco do sistema, que inclui a Secretaria

de Comunicação, a UnBTV, Rádio e Editora, será a divulgação da nossa produção acadêmica – como faz a Revista DARCÝ –, a discussão de temas de interesse da sociedade e a publicação de grandes clássicos, indispensáveis à formação dos estudantes.

Desde a virada do século, o Brasil tem colhido acertos na política de desenvolvimento científico, tema das pautas da DARCÝ. Os gastos públicos e privados em ciência e tecnologia saltaram de R\$ 15,2 bilhões em 2000 para R\$ 60,8 bilhões em 2010, atingindo 1,62% do PIB.

A participação da UnB nesse processo tem sido crescente. Por meio do Programa de Infraestrutura (Proinfra), da Finep, disponibilizamos R\$ 8 milhões anuais para a investigação nas diversas áreas da ciência. Na oferta de editais de pesquisa e pós-graduação desempenhamos um papel criterioso, ao repartir recursos com estados, instituições de ensino e empresas públicas. O Programa de Pós-Graduação Interinstitucional da Região Centro-Oeste em Biotecnologia, sob a coordenação da UnB, nasceu de um orçamento original de R\$ 42 milhões para pesquisa básica e aplicada, dos quais a Universidade compartilha quase metade com seus parceiros estratégicos.

A UnB tem que estar à altura da esperança que a comunidade nela deposita e aceitar não apenas discutir os grandes temas, mas propor soluções. O maior desafio da nova gestão é o de não se acomodar. Temos todas as condições para estar entre as cinco melhores Universidades do Brasil. Vamos trabalhar para ocupar uma posição que já é nossa.

* Doutor em Engenharia Elétrica e reitor da UnB.



O BAR MITZVÁH DA DARCY

Isaac Roitman **

Segundo a lei judaica, o jovem quando atinge a idade de 13 anos torna-se maduro, o que é comemorado em um ritual chamado de bar mitzváh. A revista DARCY, no início de 2013, lança a sua décima terceira edição, atingindo assim a sua maturidade. Ela tem sido reconhecida como um instrumento importante na divulgação científica e cultural tanto pela comunidade da UnB como também pelos professores e estudantes do ensino médio. O seu conteúdo tem como objetivo divulgar a produção científica e cultural da Universidade de Brasília. Ela tem recebido elogios dos especialistas brasileiros de divulgação científica. Durante sua existência, a revista desempenhou um papel fundamental na formação de recursos humanos para o jornalismo científico.

Os profissionais de comunicação: jornalistas, designers, fotógrafos e outros representam hoje um grupo de vanguarda na divulgação científica e cultural do país. Os conteúdos das doze edições, cobrindo várias áreas de conhecimento, foram selecionados para serem utilizados como material em sala de aula no ensino médio. Todos os professores de ensi-

no médio da rede pública do DF e parte dos professores da rede privada recebem a revista gratuitamente e têm a possibilidade de frequentarem oficinas na UnB sobre os diferentes temas e conteúdos da revista.

Os estudantes do ensino médio também têm demonstrado grande interesse pela publicação. Junto com a 12ª segunda edição foi lançado na forma de encarte uma edição experimental da revista Darcyzinho, dirigida ao público infantil. As duas versões da revista apontam para um papel importante da revista na educação científica e cultural de nossos jovens.

A DARCY é um projeto de extensão da Faculdade de Comunicação da UnB. Seu conselho editorial conta com a sabedoria e inteligência de importantes personagens da vida acadêmica da UnB: Antonio Teixeira, David Renaut, Elimar Pinheiro Nascimento, Estevão C. de Rezende Martins, Gustavo Lins Ribeiro, Luis Afonso Bermúdez, Luiz Gonzaga Mota, Jaime Martins de Santana, Marco Antonio Amato e Norai Romeu Rocco.

O sucesso da DARCY permite sonhar na missão da revista extrapolar o Distrito Federal. Ela

poderá ser também um instrumento pedagógico para o ensino médio de todo o país. Da mesma forma, a consolidação do Darcyzinho poderá desempenhar um papel relevante no estímulo de ensino de ciência de nossas crianças. É oportuno lembrar que a experiência vitoriosa da DARCY é contemporânea de iniciativas virtuosas que estão sendo introduzidas na educação brasileira. Entre elas, as cotas que estão permitindo a inclusão de jovens que antes não colocavam em seus sonhos a oportunidade de serem alunos de uma universidade pública.

Paralelamente a introdução de olimpíadas nas várias de conhecimento e o Programa Ciências sem Fronteiras, que possibilita uma experiência de formação no exterior a nossos universitários, permitem antever um cenário de consolidação da ciência, tecnologia e inovação em nosso país. Juntamente com essas iniciativas, a DARCY, tem desempenhado a contento a sua missão, alimentando a nossa esperança de conquistarmos uma educação básica de qualidade para todos os brasileiros. Parabéns a toda a equipe da DARCY por ser um instrumento que inspira a imaginação e a criatividade de nossos jovens. Longa vida para a DARCY.

** Professor Emérito da UnB e Presidente do Comitê Editorial da DARCY

EXAME A DISTÂNCIA

Programa desenvolvido na UnB permite que médico avalie sinais vitais de paciente enquanto conversa com ele por videoconferência

João Paulo Vicente

Repórter - Revista DARCY

Alguns equipamentos de exame são ligados a um celular ou computador por meio de entrada USB. Os pesquisadores fizeram testes com eletrocardiograma, que mede o ritmo das batidas cardíacas, oxímetro, que avalia a oxigenação do sangue, e um termômetro. Eventualmente, outras técnicas podem ser usadas.

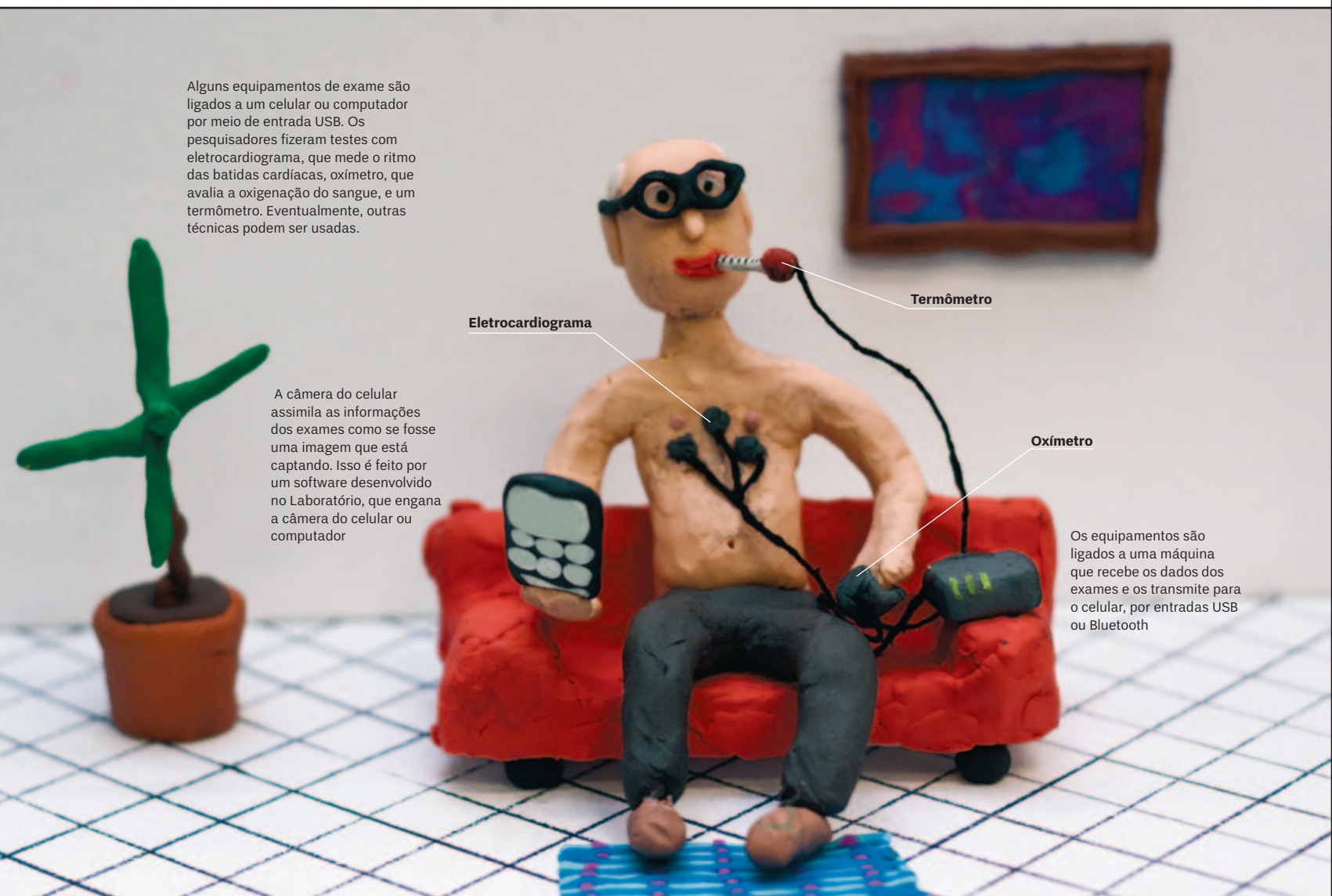
A câmera do celular assimila as informações dos exames como se fosse uma imagem que está captando. Isso é feito por um software desenvolvido no Laboratório, que engana a câmera do celular ou computador

Eletrocardiograma

Termômetro

Oxímetro

Os equipamentos são ligados a uma máquina que recebe os dados dos exames e os transmite para o celular, por entradas USB ou Bluetooth





Conectado à internet por meio de rede 3G, o celular ou computador do paciente envia os dados para um computador onde um médico tem acesso à imagem e ao resultado dos exames, em tempo real. Em locais isolados, os dados podem ser transmitidos por satélite, mas isso encarece o processo

Do consultório, o médico tem acesso a uma tela que mostra o paciente, ou um enfermeiro que o está acompanhando, e os dados do exame. A tecnologia aproxima a medicina de locais mais remotos. Em casos mais complexos, as pessoas seriam encaminhadas a grandes hospitais

Modelagem: Miguel Vilela/UnB Agência Fotos: Paulo Castro/UnB Agência

Um sistema simples desenvolvido no Laboratório de Engenharia Biomédica da UnB pode facilitar a vida de quem mora longe de grandes hospitais. Trata-se de um programa que permite exibir informações de exames numa videoconferência em tempo real por meio da rede 3G em celulares e computadores. Assim, um paciente no meio da Amazônia, munido de conexão por satélite, pode ter seu estado de saúde avaliado por um médico em Brasília.

A ideia surgiu depois que a empresa Telemikro procurou o Laboratório em busca de uma ferramenta de videoconferência. “Aí nós tivemos a ideia de acoplar os equipamentos médicos e exibir os resultados na tela”, afirma Ícaro dos Santos, professor da Engenharia Elétrica e diretor do grupo que trabalha com melhorias na área da Biomédica.

Liderados por Ícaro, dois alunos do mestrado e quatro da graduação trabalharam no projeto durante dois anos, entre o começo de 2007 e o final de 2009. No final, apresentaram um protótipo que conseguiu exibir durante uma videoconferência os dados captados por um eletrocardiograma, um oxímetro e um termômetro.

“Isso possibilitaria, por exemplo, que um paciente em uma cidade vizinha pudesse ser

examinado por um médico no Plano Piloto, em tempo real”, diz Ícaro. Para o professor, além de evitar que uma pessoa se desloque por grandes distâncias, o projeto desafogaria os grandes hospitais. “O objetivo é levar o conhecimento de médicos especialistas para regiões mais afastadas.”

Apesar do sucesso do protótipo, o projeto não foi para frente. “Nós temos duas grandes dificuldades. Uma é legislativa, o Conselho Federal de Medicina ainda não permite esse tipo de consulta a distância. Outra é de custos, alguém precisa pagar pela transmissão de dados e equipamentos”, explica o professor Ícaro. Ele afirma que a viabilidade econômica do projeto dependeria de apoio público.

Enquanto isso não ocorre, o Laboratório de Engenharia Biomédica continua a pesquisar soluções tecnológicas para instrumentos médicos. Criado há seis anos, o Laboratório já tem duas patentes e outra está em processo de avaliação. Além disso, Ícaro trabalha para concluir um novo centro de pesquisas: um Laboratório de Certificação. “O objetivo é avaliar se os equipamentos médicos produzidos no Brasil estão de acordo com as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).”



Luiz Filipe Barceiros/UnB Agência

EU FAÇO CIÊNCIA

Quem é o pesquisador: Ícaro dos Santos se formou em Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Campina Grande, em 1998. Na mesma área, ele concluiu o mestrado na UnB, em 2000, e o doutorado na University of Texas at Austin, em 2003. Ícaro é professor adjunto da Faculdade de Tecnologia e coordenador do Grupo de Engenharia Biomédica.

 **PERFIL**



Construtor nato: Filho e neto de mestres de obras, Alberto de Faria é o arquiteto com mais prédios projetados na UnB



O CURADOR DE **NIEMEYER**

Diretor do Ceplan mantém legado do mestre em novos edifícios. Nos últimos 12 anos, Alberto de Faria projetou 33 prédios na Universidade

Naiara Leão

Repórter · Revista DARCY

A Universidade de Brasília é um imenso canteiro de obras. Nos últimos anos, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) aumentou o número de vagas e com elas chegaram novas construções. Desde então, o antigo sossego foi perturbado pelo som de marteladas, britadeiras e de homens que erguem paredes, blocos e edifícios. Numa dessas manhãs barulhentas, um professor incomodado foi ao Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, o Ceplan, responsável pelo planejamento de arquitetura e urbanismo da UnB. A construção de um prédio próximo ao seu laboratório estava pondo em risco a saúde de galinhas raras e caríssimas, trazidas do exterior para serem cobaias de uma pesquisa que ele desenvolve há anos. Exigiu falar com o diretor. Em suas salas, os funcionários notaram e comentaram o nervosismo do visitante. Mas

aos poucos, as vozes que saíam da sala do arquiteto Alberto de Faria, diretor do Ceplan, foram diminuindo. Ao final, o pesquisador deixou o Ceplan com um sorriso no rosto, mesmo sabendo que a obra, assim como a penúria de suas galinhas, continuaria.

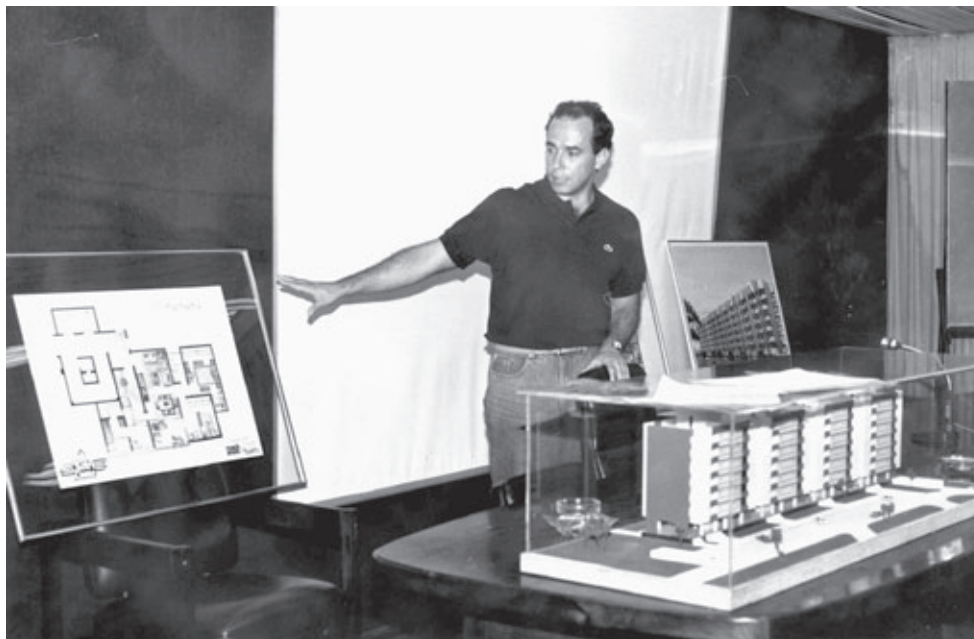
“Todo camarada que chega aqui nervoso sai sorrindo. Não tem como esquentar diante da calma do Alberto”, diz o engenheiro Edison Machado. Em toda UnB, a tranquilidade do arquiteto é notória. Numa reunião de despedida do ex-reitor José Geraldo de Sousa Junior, em novembro de 2012, o então vice-reitor João Batista agradeceu a colaboração de Alberto como o “ansiolítico” da equipe. Sua serenidade tem sido fundamental para um trabalho ininterrupto na grande operação de expansão da UnB. Sob seu comando, o Ceplan projetou 38% dos 513.000m² de área construída da Universidade. Dos projetos assinados por ele, 33 foram concluídos, como o dos Institutos de ▶

“Nossos projetos são baseado nos SGs e têm como referência o trabalho inicial do Niemeyer com pátios internos, uma única entrada e uma arquitetura elegante e discreta, de linhas retas”

Ciência Política e de Relações Internacionais, outros 17 estão em andamento e sete no papel. Essa conta faz de Alberto de Faria o arquiteto com mais prédios na UnB.

Nos seus desenhos, ele observa e reproduz ensinamentos do mestre Oscar Niemeyer, o primeiro a ocupar a diretoria do Ceplan, de 1962 a 1965. Nesse período, Oscar implantou na UnB a beleza dos edifícios abertos e a funcionalidade do pré-moldado. Essa técnica permite que elementos estruturais como vigas e colunas sejam construídos primeiro e posicionados no prédio já prontos, como num enorme quebra-cabeça. É rápida, barata e tornou-se marca da UnB depois de ter sido usada na construção do Instituto Central de Ciências (ICC), o Minhocão, numa experiência pioneira no país. São essas características, da primeira fase de Niemeyer, que o Ceplan adotou recentemente na concepção de um projeto padrão para que a Universidade mantenha uma identidade visual e arquitetônica mesmo se expandindo. “Nossos projetos são baseado nos SGs (Serviços Gerais, onde funcionam a Música e as Artes Visuais, além do Ceplan) e têm como referência o trabalho inicial do Niemeyer com pátios internos, uma única entrada – o que dá sensação de segurança – e uma arquitetura elegante e discreta, de linhas retas”, diz Alberto. Uma segunda vertente da obra do arquiteto carioca, de prédios escultóricos com ênfase na forma, como o Museu da República, em Brasília, fica de fora. “Isso funciona mais para projetos de destaque, como um museu ou catedral, mas não para o que vai sempre se repetir”, completa.

Alberto é de uma terceira geração de construtores. O pai e o avô foram mestres de obras e graças ao ofício a família mineira chegou ao Planalto Central. Em 1959, Milton de Faria trouxe a mulher e o filho, então com menos de um ano, para morarem com ele no Núcleo Bandeirante. Ali, naquela vila de pioneiros, Alberto começou a dar sinais de que levava jeito para a arquitetura. “Quando ele era bebê, o pai o pegava no colo e ele ia direto no bolso da camisa pegar uma caneta. Sempre gostou de lápis, de desenhar muito, de Lego e de revistinhas. Às vezes eu pegava ele até olhando gibi de cabeça para baixo, fingindo que estava lendo. Eu tinha um mini-intelectual em casa”, conta a mãe, Leda Faria.



Artigo pessoal

Início de carreira: nos anos 1980, no Auditório da Reitoria, Alberto apresenta projeto de apartamentos da Universidade

O menino cresceu, fez cursos de desenhos e começou a trabalhar aos 13 anos no Banco do Brasil, enchendo a família de orgulho. Na época, meados de 1970, a profissão de bancário era símbolo de prestígio e havia certa expectativa de que ele seguisse esse caminho. Mas Alberto tinha outros planos que concretizou, surpreendendo a si mesmo. “Passei no primeiro vestibular que prestei e não acreditava. Como sempre estudei em escola pública, achei que era improvável”, lembra. Na UnB, o calouro encontrou um mundo muito diferente do seu, politizado, com perseguições e preocupações com a ditadura. Como trabalhava desde a adolescência e precisava ajudar em casa, Alberto passou meio à margem de tudo aquilo. “Eu tinha necessidade de me manter financeiramente, então dava aulas de inglês, de português para estrangeiros, trabalhava como desenhista e ficava pouco tempo no campus”, conta. Ele se engajou, mas não na política. “Quando o Oscar Niemeyer vinha fazer palestras, o Alberto estava sempre lá, na primeira fila. Ele também já tinha afinidade com essas questões do exercício da profissão”, lembra a esposa Angela de Faria, sua namorada desde o ginásio. O interesse chamou a atenção do professor Érico Wiedle, que o adotaria no futuro como uma espécie de pupilo. “Ele sempre foi um aluno destacado, muito presente nas

atividades da escola e com interesse pelo fazer. A gente sabe quando um aluno é ou não do ramo. No caso dele, eu não tinha dúvida”, afirma.

Além do ambiente político, a estrutura física que Alberto conheceu como estudante da UnB era muito diferente da que ele está construindo como funcionário. As aulas eram praticamente restritas ao Minhocão e o Ceplan funcionava como um laboratório da Faculdade de Arquitetura (FAU). Havia menos alunos, de forma que tinha-se a impressão de conhecer todo mundo. Era assim no ônibus que fazia a linha Guará-UnB, onde Alberto tinha sua turma que saía sempre às 7h da manhã. Foi assim também na formatura, que aconteceu na FAU, sem pompa, sem fotografia e com o paraninfo, um ex-prefeito catarinense entusiasta da habitação popular, hospedado na casa de Alberto. “Foi uma época engraçada porque não havia formalidade nenhuma”, resume.

Diploma em mãos, Alberto foi trabalhar numa grande construtora. De Goiânia (GO) a Anindeua (PA), ele viajou o país trabalhando com urbanismo e loteamentos populares. “Ali já aprendi coisas que me foram úteis no futuro, na UnB. Ganhei uma visão de processo que é mais dos engenheiros. Os arquitetos costumam ter uma visão boa só do produto”, diz. Dois anos depois, numa crise da construção

PRÉDIO DA FIOCRUZ

Alberto projetou o prédio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2007. Em 2011, o trabalho foi premiado no concurso “O melhor da arquitetura” da Editora Abril. Tem cobertura triangular e blocos conectados por caminhos e passarelas orientados pela localização das árvores.

civil, foi demitido, mas encontrou trabalho no Governo do Distrito Federal, que começava a lidar com invasões e pensar seu ordenamento territorial. Só que a estabilidade do serviço público, tão atrativa para alguns, o desanimou. “Tinha agonia de pensar que estaria ali para sempre, subindo o mesmo elevador, indo para a mesma sala de um jeito previsível e programado”. Três anos depois, quando recebeu um convite profissional do ex-professor Érico, Alberto não teve muita dúvida.

O início do trabalho de Alberto na UnB, em 1986, coincide com uma reestruturação da Universidade. Desde os anos 1960, a Prefeitura do Campus cuidava apenas de serviços gerais, como limpeza e manutenção. Depois surgiu uma diretoria de engenharia que cuidava da execução das obras, mas não havia quem fizesse projetos e planejamento. Naquele ano, Érico virou prefeito, criou uma diretoria de planejamento, embrião do atual Ceplan, e convidou o ex-aluno que ele acredita ter sido o primeiro arquiteto contratado pela UnB. “Não havia um corpo técnico. O que se tinha eram professores que faziam um projeto ou outro, chamavam alunos, e depois o Ceplan se esvaziava. Por uma questão burocrática, de assinatura de contrato, não posso cravar, mas



acredito que ele tenha sido o primeiro arquiteto contratado pela UnB”, afirma. No início, a equipe tratou de tirar do campus o aspecto inacabado. O subsolo do Minhocão, por exemplo, ainda era vazio. Alberto trabalhou nisso e no mobiliário. São deles os bancos ergonômicos do térreo da Reitoria e as lixeiras alaranjadas de bolinhas vazadas que ainda resistem em alguns cantos mais escondidos, como os jardins entre os SGs.

Um tempo depois, em 1992, acabou tornando-se prefeito, dos mais populares. “A gente vivia querendo mudar a Prefeitura, não queríamos mais um professor como chefe”, conta o administrador predial Francisco de Assis, que

na época trabalhava como técnico hidráulico. “Então começamos um movimento para ter como chefe um funcionário de perfil técnico, que saísse da própria Prefeitura. Os reitores em campanha topavam indicar quem fosse eleito por nós. A gente indicou o Alberto, que é humano e fala nossa língua, sem burocracias”. Lembrando desse período, Assis se emociona. Tira de uma gaveta, na sua sala, no Multiuso II, uma pasta bem organizada. Ali estão dezenas de papéis que comprovam a mudança que aconteceu na sua vida e na Prefeitura naqueles anos. São diplomas de cursos promovidos durante a gestão: de limpeza, avaliação ambiental, conhecimento predial, relações hu- ▶



EU, ARQUITETO

**Sou o silêncio
dos edifícios mudos,**

**a onda em curso
dos edifícios que
murmuram**

**a língua em forma
dos edifícios que falam,**

**os ouvidos despertos
dos edifícios que gritam.**

**Sou em mim o edifício
de mudez,
de murmúrios,
de falas
e de gritos.**

**Sou o que de mim
espalho aos pedaços,
pelos quatro traços
da minha arquitetura.**

Eu, Arquiteto, poema de Teófilo Fernandes escrito em homenagem a seu amigo Alberto.

manas e até alfabetização. Segundo Alberto, a iniciativa veio da percepção de que os funcionários não se consideravam parte importante do funcionamento da UnB. Uma pesquisa que ele encomendou em 1993 mostrou, por exemplo, que 60% dos operários eram analfabetos e 30% do pessoal da limpeza não tinha banheiro em casa e não se reconhecia na atividade de cuidar dos banheiros usados pela comunidade acadêmica. “A missão da Universidade é capacitar quem passa por ela. Esse programa foi irradiando as pessoas de forma que elas passaram a se sentir parte da conservação e manutenção do campus”, conta.

Os frutos dessa ação são colhidos até hoje. A ex-secretária de Alberto, Marilene Rocha, diz que foi estimulada pelos minicursos a retomar os estudos e concluiu a faculdade de Secretariado Executivo em 2008. Assis diz que viu sua vida mudar imediatamente. “Eu chegava às 8h, trabalhava, almoçava, jogava dominó e trabalhava mais, que nem um dinossauro que não pensa, só faz o que é mandado, sem esperteza. Mas quando terminei os cursos mi-

nha mente abriu 100%”, diz. Segundo ele, as coisas melhoraram até com a família. “O curso de relações humanas me deu a noção de tratar as pessoas bem. É uma coisa que eu não tinha parado pra pensar. Mas aí chegava em casa e os filhos falavam: ‘Pai, você nunca trouxe balinha’. Os vizinhos perguntavam: ‘O que foi que você está diferente?’. Então, se hoje estou nessa posição, agradeço ao prefeito Alberto”. Desse tempo para cá, Assis cursou o ensino médio. Este ano se forma em Gestão Ambiental e planeja a pós-graduação.

Ao final de quatro anos na Prefeitura, Alberto quis mudar de ares. Fez um mestrado em Arquitetura e Urbanismo, na UnB, e elegeu-se duas vezes presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do Distrito Federal – que lhe trouxe desafios já na campanha. Sem traquejo político, esquecia reuniões e evitava discursos. “Ele até ia aos compromissos, mas não ficava naquela ansiedade. Num mundo em que as pessoas brigam para ser síndico do condomínio e presidente do clube de filatelia isso é no mínimo interessante”, lembra o colega Danilo Sili Borges, professor aposentado da UnB e ex-presidente do CREA. Em 2000, após três décadas de comando dos engenheiros, um arquiteto assumiu a chefia do conselho.

Naquele mesmo ano, Alberto voltou para o Ceplan como assessor técnico e em 2002 virou diretor por indicação de Érico, que se tornara decano. Nesse momento, o Ceplan retomou suas funções iniciais, previstas por Niemeyer. Tornou-se o órgão que concentra o planejamento, contratação e licitação de obras na Universidade. Os alunos da Arquitetura retornaram, mas como estagiários, e os professores como consultores. A primeira grande tarefa de Alberto ali foi pôr em prática o plano UnB XXI, que previa o reordenamento do ICC com a retirada dos Institutos de Química e Biologia, da Faculdade de Contabilidade, Economia e Administração (FACE), do Cespe e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT). Para isso, ele criou uma padronização baseada nos pré-moldados e pátios internos. Nesse plano, manter a identidade do campus Darcy Ribeiro era fundamental. “Poucas universidades têm um campus tão bonito, arborizado e relacionado com o entorno como a nossa. Então nosso trabalho tornou-se prazeroso e sempre teve apoio. Mesmo na crise (de 2008, que culminou na renúncia do ex-reitor Timothy Mulholland), a Reitoria entendeu que havia muita coisa importante em andamento e não quis uma descontinuidade das obras”, avalia o diretor.

Concluídas as obras do UnB XXI e com as do Reuni em andamento, Alberto pensa aos poucos nos próximos projetos. Ele quer reformar e ampliar a infraestrutura hidráulica, sanitária e elétrica do campus Darcy Ribeiro



Paulo Castro/UnB Agência



IPOL/IREL

O edifício que abrigará os Institutos de Ciência Política (IPOL) e de Relações Internacionais (IREL) tem linhas retas, fachada que reduz o calor e pátios de convivência abertos. Outros sete prédios, nos campi de Ceilândia, Gama e Darcy Ribeiro, foram construídos de acordo com esse conceito desenvolvido pelo arquiteto.

e torná-lo mais acessível para as pessoas. O currículo interdisciplinar faz com que as pessoas tenham aulas em lugares completamente opostos e ele reconhece que esse caminho nem sempre é fácil. “A imensidão cria a noção de que o espaço público não é de ninguém. Há muitas barreiras para os pedestres, interseções, cortes e rotas alternativas. Temos que tornar as coisas mais agradáveis para o pedestre”. Atualmente ele é também presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-DF) e professor do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Faz tudo sem estresse. “Ele separa muito bem as coisas, concentra em cada coisa a sua hora e não leva trabalho para casa. Em 30 anos nunca o vi nervoso”, garante a esposa.

Apesar de ter passado a vida cercado por prédios imponentes dentro de uma cidade ampla, Alberto não tem planos grandiosos. Sua ambição é a simplicidade. “Comecei a trabalhar cedo e vi muita gente se estressar, sofrer por apego a cargos e coisas e decidi que não

viveria assim”, explica. Seus prazeres são ir ao cinema, jantar com amigos, curtir os filhos e a neta e ler biografias “que ensinam a gente a não se achar muito importante”. Filosofia também está entre as leituras preferidas. Essas, diz ele, lhe ensinam a ter respeito pela transitoriedade da vida. Ligado no hoje, ele não gosta de fazer planos, mas imagina uma velhice como a do mestre. Em 2005, Alberto visitou Niemeyer em sua casa-escritório em Copacabana. O veterano usava um boné do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e justificou: “Isso aqui é para o caso de aparecer algum reacionário”. Almoçaram, tomaram sorvete de creme com abacate e Niemeyer mostrou versos que fazia. Ao final falou da visita de um prefeito espanhol que esperava ainda naquela tarde. Para Alberto, aquela foi uma lição de “como tirar prazer da vida”. “Ver ele ali, brincando aos 97 anos, foi bacana. A gente tem que viver o dia, sair da nossa zona de conforto e não encerrarmos nós mesmos a nossa vida”. ■



Pesquisador revela história oculta da bibliofilia brasileira e estórias de colecionadores contemporâneos

HOMENS QUE AMAM OS LIVROS

Naiara Leão Repórter · Revista DARC
Emília Silberstein Fotógrafa · Revista DARC

É difícil encontrar um lugar para se sentar no escritório de Oto Reifschneider. Cadeiras, mesa, escrivaninha e chão estão abarrotados de livros, gravuras e obras de arte. Nos cantos, carancas de olhar atento e dentes afiados vigiam imóveis 5 mil títulos sobre a história do livro brasileiro. Para este historiador de 33 anos, o hábito de colecionar livros raros e notáveis, chamado bibliofilia, começou na adolescência. Desde então, ele percorre sebos e sai em viagens observando aspectos como tipo da letra, qualidade do papel e anotações à mão que denunciem exemplares especiais. Há alguns anos, passou a buscar também outros homens que amam livros. Mapeou 71 bibliófilos no país, que lhe deram um retrato do colecionismo contemporâneo e o conduziram a um levantamento inédito da história da bibliofilia do Brasil. O resultado do caminho percorrido é sua tese de doutorado na Faculdade da Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

O bibliófilo mais conhecido do país, José Mindlin, morreu em 2010. Em vida reuniu cerca de 38 mil volumes sobre história do Brasil que lhe renderam popularidade e honrarias, como uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, mas desde que Mindlin se foi, não se ouve mais falar num grande bibliófilo. “Talvez porque nenhum tenha vivido o suficiente ainda para despontar com a grande coleção brasileira”, especula Oto. “Alguns são discretos, não gostam de aparecer, mas muitos estão aí, formando uma rede de trocas comerciais e culturais”, garante. Passando por Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Porto Alegre, Oto gravou entrevistas formais com 23 bibliófilos, cinco livreiros, dois editores de livros, um escritor, um artista plástico e um bibliotecário. Falou ainda com outros 16 bibliófilos e cinco livreiros, de Catanduva (SP) a Nova Iorque.

Nesse vaivém conheceu coleções particulares que o deslumbraram, tanto pelo valor monetário e histórico quanto pela meticulosidade com que são adquiridas e conservadas. Suas conversas, registradas na tese, derrubam o estereótipo do bibliófilo velho e avaro, recluso numa biblioteca. Mostram pessoas comuns, navegando pela internet em busca de catálogos e leilões, capazes de blefes e pequenas trapaças por um exemplar raro, mas que se ajudam, trocam livros e experiências e, vez ou outra, exibem suas conquistas. Eles se aproximam pelo amor aos objetos e pela convicção de que estão mais bem preservados em casa do que em bibliotecas públicas.

O estudo também descortina a história da bibliofilia brasileira, praticamente oculta até agora. “Quando comecei, várias pessoas me indicavam os mesmos 20, 30 livros sobre história da bibliofilia. Descobri que há centenas sobre o assunto, mas eram desconhecidos. Muitas pessoas não escreveram sobre sua vida e seus acervos foram jogados no lixo”, conta Oto. O que existia, segundo ele, eram registros isolados, fragmentados em causos, diários e livros de memória. Ninguém ainda tinha se dedicado a reunir e contar a história de bibliófilos que vão desde o imperador D. Pedro II ao ator Paulo Betti. “A memória é muito efêmera, as histórias estavam se perdendo. Você tem uma figura de destaque, que constrói uma grande biblioteca na sua época e, de repente, tudo se esvai. Agora, se já é complicado chegar às pessoas vivas, imagina como é identificar isso no passado”, diz. Na avaliação do orientador Antonio Miranda, professor da UnB e ex-diretor da Biblioteca Nacional de Brasília, esse é o primeiro levantamento historiográfico de peso sobre o tema. “Oto entrevistou grandes colecionadores e conseguiu revelar e mapear não só livros em si, mas ilustradores e editores. Ele praticamente pautou a história da bibliofilia brasileira. Não existe nenhum levantamento tão completo”, afirma. O pesquisador prepara agora o lançamento de um livro em dois volumes baseado na tese: um sobre o passado e outro sobre os colecionadores atuais.

QUEM SÃO

Pela etimologia, o bibliófilo é um amigo dos livros. Amizade exige dedicação, compreensão, conversa. Por isso, para tornar-se um deles não basta juntar muitos livros, sejam novos ou antigos. De acordo com o estudo, o bibliófilo pra valer reúne três características: atração pelo objeto, pesquisa sobre sua



JORGE BRITTO

O livreiro Jorge Britto passou a infância em Fortaleza cobiçando livros que não podia comprar. “Lá tinha os sebos de calçada, nas ruas em que não anda gente, só carro. Minha família era muito humilde e não podia pagar, então eu ficava em volta, só olhando”, lembra.

Sem dinheiro e sem emprego, Jorge veio para Brasília em 1979 para tentar a vida. Em pouco tempo se estabeleceu como bancário e resolveu realizar o sonho de criança. Comprou muita coisa, boa parte sobre a terra natal, e chegou a montar até um sebo de nome pomposo, “O maior e mais completo sebo do Brasil”.

A última livraria que montou, o “Armazém do Livro Usado”, está sob o cuidado do filho. Jorge se ocupa apenas da organização do

encontro de bibliófilos que acontece semanalmente ali há quase 30 anos e cuida de seus exemplares. São 6 mil só na biblioteca cearense. Há cerca de outros 4 mil volumes sobre Brasília e a história do espiritismo no Brasil. Toda semana chegam mais. “Ver não satisfaz o colecionador. Ele tem que ter a posse. Lá em casa a gente vive brigando. Minha mulher bota uma planta, eu tiro e boto um livro no lugar”, brinca.

Depois de anos colecionando, Jorge conclui que sua vida não poderia ter sido diferente. “Conheço muita gente que tentou colecionar, mas depois desistiu. O amor ao livro nasce com a pessoa. Você não aprende. É um sentimento.”

história ou conteúdo e investimento de tempo e de dinheiro. “Todo colecionador se importa, em maior ou menor medida, com esses três aspectos. Quem se preocupa apenas com o aspecto monetário, é comerciante ou investidor. Quem trabalha apenas com a pesquisa, com o conhecimento, é estudioso. Quem é tomado pela compulsão, pelo impulso, pela busca desenfreada, é maníaco”, diz Oto.

Na pesquisa, ele listou apenas os que se enquadram nessa definição, dedicados a formar coleções notáveis. Mas é verdade que, vez ou outra, uma dessas características se sobressai. O engenheiro civil Petrucio Glabrio guarda quase 50 mil volumes em dois depósitos construídos especialmente para esse fim no quintal de casa. Seu prazer está em adquirir. Ele se declara, não bibliófilo, mas “apaixonadíssimo”. Petrucio é membro de um grupo que se reúne aos sábados de manhã no Armazém do Livro Usado, em Brasília, sob a liderança do bibliófilo e livreiro Jorge Britto. Ali, nem todos são bibliófilos tradicionais, mas certamente são amigos dos livros. Renato Sócrates garante que é membro da quinta geração de Tiradentes e prova tudo com livros de genealogia. A professora aposentada Marli Elena Macedo diz ter uma biblioteca tão grande que precisaria “viver uns 20 mil anos para ler tudo”, mas ultimamente tem preferido trocar cartas com o netinho. Numa delas, escreve que “ler é ter aquele poder mágico de viajar no tempo”. O advogado Renato Vivacqua, autor de livros sobre música popular brasileira, faz o tipo pesquisador. “Não tenho samba no pé, não sei assoviar, não toco nem caixa de fósforo, então a única maneira de ficar perto da música foi ler e escrever sobre ela”, conta.

O encontro dos sábados acontece há 30 anos e foi batizado pelo diplomata Rubem Amaral de “Sebodoyle”, em homenagem ao “Sabadoyle”, que reunia semanalmente na casa do bibliófilo Plínio Doyle literatos como Raul Bopp e Carlos Drummond de Andrade. Rubem é bibliófilo de acordo com os critérios estabelecidos por Oto. Coleciona poesia épica e cordel. Diferenças à parte, todos ali têm fala rápida e se engajam com agilidade e propriedade em qualquer discussão. Coisa de quem lê muitos livros.

O QUE E POR QUE PROCURAM

Nos anos 1980, o Lago Norte, em Brasília, era um bairro paticamente deserto. Entre uma e outra casa esparsa, o menino Oto fazia expedições em busca de pedrinhas de quartzo, que tentava entender com a ajuda de um livro de gemologia. Com o passar dos anos vieram selos, moedas e, nos anos em que morou na Itália, cacarecos de sítios arqueológicos romanos. Na adolescência, chegaram os livros.

A vontade de colecionar, não importa o que, é comum a muitos bibliófilos. Mas as coleções de livros têm uma particularidade: a admiração, o encantamento pelo objeto. “Tem aquele componente do fetiche e quando a gente está de fora parece meio patológico, mas depois que virei colecionador vi que não é isso. Trata-se de descobrir nos livros certos valores que a gente só sente com ele em mãos”, explica o arquiteto Danilo Macedo, dono de 2 mil livros sobre arquitetura. “Você pensa: ‘Será que o próprio autor não leu esse exemplar? Por quais mãos ele passou?’ Você lida com um objeto cuja matéria te conecta a outro tempo”.

Dedicatórias, anotações do autor ou de pessoas famosas, boa conservação, tiragens pequenas e impressões especiais e marcas de antigos proprietários (chamadas *ex-libris*) são alguns desses elementos de conexão. Enchem os olhos de bibliófilos e, junto com a disponibilidade no mercado, determinam o preço de uma obra. Segundo Oto, na busca do livro raro, “é muito mais valioso conhecimento e tempo do que dinheiro”. Ele conta que o bibliófilo que sabe identificar obras raras, está disposto a vasculhar sebos, catálogos internacionais e leilões e não busca temas muito populares, geralmente se dá bem. Há algum tempo, Oto comprou uma série da revista *Invenção*, com publicações originais de poetas como Augusto de Campos e Décio Pignatari, por R\$ 100. Hoje, os concretistas estão em voga e o material vale R\$ 5.000. O lucro nem lhe passa pela cabeça. “O que faria com o dinheiro? Compraria mais livros?”

Assim como os demais, esse também é um mercado regido pela lei da oferta e da procura. Os livros mais caros não são necessariamente os mais raros, mas os de temas e autores cobiçados. “Literatura



DANILO MACEDO

“Acho que o Oto quis que você me conhecesse para ver que existem bibliófilos normais”, diz o arquiteto Danilo Macedo, ao receber a reportagem da DARCÝ. O perfil de servidor público, jovem, casado, pai de uma menina e morador do Plano Piloto confirma, à primeira vista, a impressão de normalidade. Mas alguns minutos de conversa revelam o que Danilo tem de incomum.

Em 2009, ele conheceu os livros raros, enquanto procurava um tema de pesquisa para o doutorado. Gostou tanto das obras que encontrou que tornou-as objeto de pesquisa. Atualmente, elabora uma tese na UnB sobre livros de arquitetura no Brasil Colônia e no Império. Em sua estante estão cerca de 3 mil raridades como o primeiro livro de arquitetura escrito por um brasileiro, editado em Lisboa, em 1770.

Ele conta que duas manias características da profissão auxiliam seu lado bibliófilo.

A primeira é o gosto pela organização de tarefas e materiais em listas, de forma sistematizada, o que lhe ajuda na catalogação. A segunda é a paixão pela forma. “Ler um livro é muito diferente de ler um texto digitalizado. Há valores no suporte do papel, histórias que não estão escritas com palavras. A forma traz conteúdo e o conteúdo está na forma. Eles estão imbricados”, explica.

Ao folhear páginas, Danilo se sente em contato com outros homens, de outros tempos, que também tiveram aqueles livros em mãos. “Ele é bem mais velho que você. E se for bem cuidado, vai durar mais do que você. Por isso, me sinto obrigado a ler, me aprofundar na sua história para ser merecedor desse objeto”, afirma. É na consciência de que deve ser digno dos objetos que guarda que mora a singularidade desse arquiteto.

■ EU FAÇO CIÊNCIA

Quem é o pesquisador: Oto Reifschneider (foto na pag. 26) se formou em História pela UnB em 2002. Também concluiu o mestrado em Sociologia (2005) e o doutorado em Ciência da Informação (2011) na Universidade.

Título da dissertação: *A bibliofilia no Brasil*

Onde foi defendida: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Orientador: Antonio Lisboa Carvalho de Miranda

brasileira é sempre procurada; Machado de Assis está sempre em alta, um livreiro me disse que é o único autor em que não há variação de procura; e tem os temas da moda que agora são poesia marginal, modernista e concreta”, enumera o historiador. Os mais caros, como registros de viajantes no período colonial, chegam à casa dos R\$ 50 mil. Oto ressalta, no entanto, que esse é um caso singular e que em geral é possível adquirir bons livros por poucos trocados.

Seus entrevistados contam várias histórias de pechinchas e golpes de sorte. O bibliófilo Écio Macêdo, um dos mais importantes do país, que coleciona literatura nacional pós-moderna, narra uma recente. “Eu fiz uma seleção e o livreiro não punha preço nos livros. Tinha muitas coisas do concretismo que eu nunca havia visto na minha vida, muito raras. Aí ele foi separando em montinhos e os do concretismo ele ia pondo tudo num canto e eu falei: ‘Ih, esse cara vai me esfolar aqui’. Sabe quando começa a dar aquela dor na barriga?. Falei: ‘Ai, ele vai explorar’. Então ele disse: ‘Essa fila é R\$ 100, essa é R\$ 50, essa é R\$ 30 e aquele lotinho ali, do concretismo, é de presente’ ”.

SEQUESTRADORES OU GUARDIÕES?

Ao mesmo tempo que preserva uma obra para que ela se mantenha viva para gerações futuras, o bibliófilo a mantém em coleções privadas, com acesso restrito já no presente. Seriam eles sequestradores de livros em circulação ou guardiões de tesouros desprotegidos? O estudo de Oto apresenta uma série de fatores que aponta para a segunda opção.

O primeiro deles é que bibliófilos costumam permitir o acesso de pesquisadores e divulgar seus textos por meio de *fac-símiles* ou digitalizações. Antonio Miranda, orientador de Oto, possui dez mil títulos, a maioria de poesia brasileira. Boa parte pode ser consultado em sua página na internet, com opções de busca por autor, título e tema e até ilustrações e traduções. Ele também publica bibliografias do tema. Mas admite que nem todos os colegas têm essa boa vontade. “Muita gente não deixa ninguém ver, têm medo de serem roubados”, diz Miranda.

O segundo fator que ressalta o caráter guardião é o pavor que eles têm de que suas coleções caiam em bibliotecas públicas após sua morte. “Bibliófilos mais informados, donos de importantes acervos, preferem vender seus livros para livreiros, consigná-los em leilões, ou distribuí-los entre amigos do que fazer doações a instituições públicas”, diz Oto.

O motivo do medo é o descaso histórico do governo com coleções públicas. O levantamento do pesquisador mostra desde o abandono de bibliotecas por jesuítas em 1759, quando foram expulsos do país até casos de coleções preciosas das quais nunca mais se teve notícia. O Ministério da Justiça, por exemplo, ainda não catalogou e disponibilizou ao público os 15 mil volumes de Affonso Penna Junior que recebeu em doação nos anos 1970. Entre eles, estão livros que foram de seu pai, o ex-presidente Affonso Penna (1906-1909).

Há situações ainda piores, como quando o governo determinou, em 1836, que todo o papel impresso na Tipografia Nacional fosse usado na fabricação de cartuchos. Num episódio mais recente, a Biblioteca Central da UnB (BCE) descartou, em poucos dias, milhares de livros de forma “indiscriminada”, de acordo com o pesquisador. A tese de Oto tem um capítulo específico sobre a situação da BCE. Durante a pesquisa, ele chegou a encontrar ali um conjunto de 12.500 teses doadas pela Xerox do Brasil, cujo valor estimado pela empresa é de U\$ 1.5 milhão, em situação de abandono.

Sua conclusão é que “não há instituições públicas no Brasil preparadas para cuidar dessas coleções”. O resultado, na maioria das vezes, é que ao sair da guarda do bibliófilo, elas voltam ao mercado, perdendo sua coesão, mas chegando às mãos de outro bibliófilo, num golpe de sorte. O comentário do entrevistado Antônio Carlos Secchin, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, colecionador de literatura brasileira e uma das maiores autoridades no assunto sugere um lado místico desse ciclo: “Livro não tem procedência, livro tem destino. Então chegou em quem o merece ter”. ■

DE QUE SÃO FEITAS AS HISTÓRIAS

Fabricação de livros já dependeu de colheitas às margens do Nilo, retirada de velas de navios e matança de animais. Agora, enfrenta mais uma vez o dilema da mudança de suporte – do papel para o meio digital.

Naiara Leão
Repórter · Revista DARCY



O PRÉ-LIVRO

A história do livro não tem um marco inicial exato. Para alguns historiadores, os desenhos deixados em paredes de cavernas no período Neolítico (de 12 a 14 mil anos a.C) indicam sua pré-história porque revelam formas de comunicação não presencial.

Na civilização mais antiga de que se tem notícia, a Suméria (3.500 a.C), escribas talhavam caracteres cuneiformes em tijolos de barro. Os romanos também usavam tabletes, mas de madeira. Maias e astecas escreviam num material encontrado debaixo da casca das árvores. A escrita em suportes vegetais caracteriza essas primeiras experiências.

O PAPIRO

Por volta de 2.200 a.C, os egípcios desenvolveram o papiro, fibra abundante nas margens do Rio Nilo transformada em imensos rolos de até 20 metros. Para ler o que estava escrito ali, era preciso deitar e literalmente se debruçar sobre o material. Foi o *papyrus*, em latim, que deu origem à palavra papel.

Para garantir a supremacia da Biblioteca de Alexandria, a maior da Antiguidade, os egípcios cortaram o fornecimento de papiro para Pérgamo (cidade grega), que tinha a então segunda maior biblioteca do mundo. Forçados a encontrar um novo suporte, os gregos desenvolveram o pergaminho (2.000 a.C), feito de pele de carneiro. Ele tinha as vantagens de ser resistente à umidade e poder ser apagado e reescrito novamente.

CODEX DE PERGAMINHO

Logo os romanos encontraram também um jeito próprio de organizar seus papéis. Dos pergaminhos, enrolados em uma haste, passaram ao codex, um conjunto de folhas dobradas e encadernadas em madeira. O livro ganhou então um aspecto parecido com o atual. Um dos fatores que explica a adoção mundial desse modelo é a expansão do cristianismo. Inicialmente, o codex reproduzia a legislação, mas depois passou a conter temas religiosos.

Durante a Idade Média, monges copistas se isolavam para produzir codex cuidadosamente decorados e encadernados, com ourivesaria e couro. Era um trabalho nobre e especializado. Havia, por exemplo, miniaturistas e rubricadores. Nessa época surgem índices, sumários e resumos e aumenta a preocupação com as margens.

O LIVRO IMPRESSO

Em meados de 1450, Johann Gutenberg imprime pela primeira vez um livro numa máquina. De sua prensa de tipos móveis saiu a famosa Bíblia de Gutenberg (1455), com 1.282 páginas em dois volumes, luxuosa e caprichada, imitando os codex da Igreja. A invenção revolucionou a maneira de fazer e reproduzir livros, inaugurou a história da tipografia e serve de base ainda hoje para processos técnicos de impressão.

O PAPEL VEGETAL

Como a produção de cada exemplar demandava uma matança animal, a popularização do livro era inviável. Mas uma nova técnica resolveu esse problema. Trapos de tecidos, retirados até de caravelas, eram prensados em moinhos e transformados em papéis. Surgiram então embriões de editoras que vendiam publicações em feiras e tendas itinerantes.

O papel com uma textura parecida com a que usamos foi inventado na China, substituindo fibras de bambu e madeira, no século III. No século VIII, o segredo de sua fabricação vazou e os árabes o introduziram no mundo Ocidental. Mas é só em 1845 que ele fica mais barato, a partir da produção de uma pasta mecânica e química de madeira – a celulose.

O LIVRO DIGITAL

A internet e o *tablet* colocam mais uma vez o livro em xeque. Para os estudiosos, a perspectiva de seu fim soa alarmista. Argumenta-se que ele não está vinculado a um suporte ou à história da escrita, mas que é símbolo de uma totalidade, diferente da fragmentação de uma página na internet. Designers pensam em formas de tornar o e-book em um produto diferenciado, não apenas uma cópia digital do impresso. Ele poderia, por exemplo, transformar-se numa experiência coletiva, em que autor e leitores comentam simultaneamente, podendo até alterar os rumos de uma história. Já pensou como seria convidar seu amigo para ler um livro juntos no fim de semana, cada um no seu *tablet*, mas interagindo na mesma página?

NÓS E O DIABO

Luiz G. Motta



Reprodução

A figura do diabo é um ser tão repugnante quanto fascinante. Repensá-la nos proporciona estimulantes exercícios de reflexão sobre a condição humana. Como entidade, a figura do diabo surge nos ambientes sectários judeus como satã, palavra da raiz hebraica *stn*, que significa 'oponente', perspectiva adotada em seguida pelas seitas de origem do cristianismo. A palavra diabo provém do verbo grego *diaballein*, que significa colocar obstáculos. A literatura apocalíptica apócrifa, anterior à era cristã, já dramatizava a luta entre o bem e o mal. Os anjos rebeldes (ou anjos caídos) são responsabilizados pelo mal, e condenados a vagar pelo mundo.

Há divergências a respeito de quem é, de fato, o diabo. O historiador da arte Luther Link defende que o diabo é uma mistura de confusões, sem uma iconografia fixa: pode ser Godzilla, ou um Pã desvirtuado; um micróbio ou um anjo caído, uma máscara sem rosto, enfim. Igualá-lo ao mal, segundo ele, é um modo fácil de explicar o mal. O diabo só personifica o mal em algumas seitas cristãs, por interesse próprio. Muitas manifestações do mal são atribuídas por outras crenças a outras origens. Na verdade, diz ele, o diabo trabalha para deus: castiga os pecadores e faz o trabalho sujo que deus não quer fazer. Isso levaria a uma curiosa confusão: o diabo está ao lado de deus. Para Link, o diabo é apenas um costume, mesmo que tenha se tornado inseparável da pele daqueles que o utilizam.

No Velho Testamento, a figura do diabo é quase inexistente. Há uma mudança radical no Novo Testamento: a dramatização entre o bem e o mal é incorporada ao texto. Satã recebe então toda a carga do mal do mundo (físico, psicológico, moral). Jesus e seus discípulos realizam atos de exorcismo: vencem e

expulsam o diabo inúmeras vezes. Segundo o historiador francês George Minois, ele é mencionado 188 vezes no Novo Testamento (62 como demônio, 36 como satã, 33 como diabo, 37 como besta, 13 como dragão, 7 como belzebu).

Fortalecida pelo episódio dos anjos caídos, a figura do diabo se autonomizou gradualmente, adquiriu dimensões laicas, extrapolou o ambiente religioso, consolidando-se na cultura ocidental como um espírito malvado, o inimigo geral. Passou a ser 'o outro' de deus, nas visões maniqueístas. À medida que sua figura se generaliza, torna-se aos poucos um ente não só da teologia, mas também da tradição, da política e da moral, configurando-se na iconografia das artes. Responsável pelos pecados dos homens, ganhou apelidos regionais como demônio, capeta, tihoso. Matéria sutil, não tem corpo. Mas se presentifica nas artes na figura de animais malquistos: serpente, besta, cão, bode preto, etc., quase sempre com chifre, rabo e muito feio, para aterrorizar. Na literatura infantil, é personalizado no dragão, bruxa ou bruxo perverso. A figura do diabo está, portanto, relacionada a uma oposição, a um combate permanente entre o bem e o mal do universo.

Para G. Minois, o diabo é um ser da razão. Embora seja um ser do espírito, ausente das visões naturalistas do universo, nos sistemas místicos ele corresponde ao esforço da mente humana em sua busca de explicação para a questão do mal. O diabo é inseparável de deus, forma parte das explicações religiosas do mundo. Se só se salvarão os fiéis, para onde irão os outros, pergunta o historiador?

Mas a situação do diabo nas religiões varia. Os politeísmos, sistemas religiosos de vários deuses com poderes limitados, não necessi-

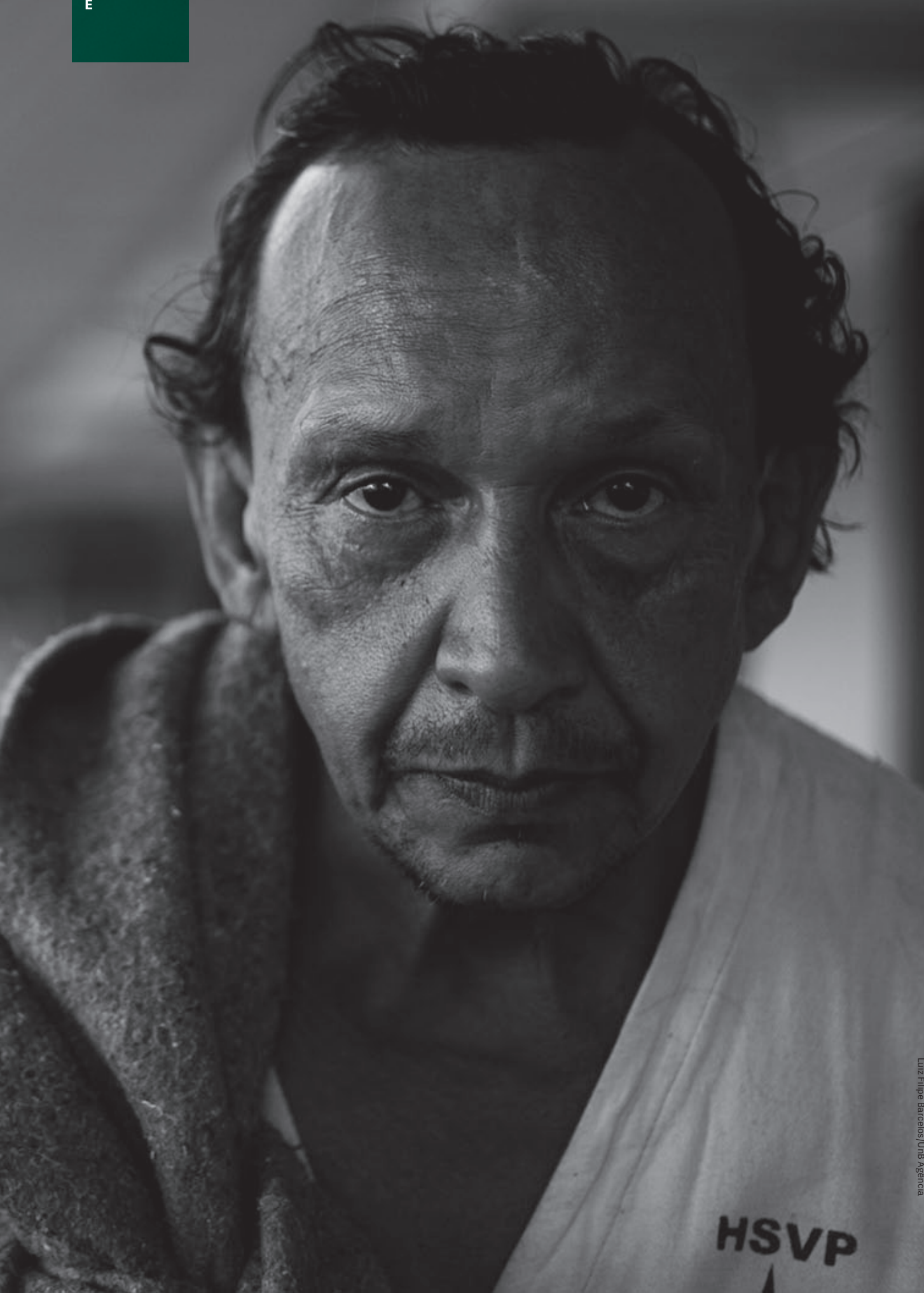
tam dele. As maldades são atribuídas a entidades rivais menores. As religiões monoteístas, como a cristã, não podem prescindir do diabo, entretanto. Se há um só deus bondoso e criador de tudo, é preciso inventar um diabo, responsável pelo mal. Quanto mais o deus é absoluto, mais o diabo é necessário. Deus e o diabo são, portanto, interdependentes. Por isso o diabo tem tanta importância no cristianismo. Paradoxalmente, é o diabo que preserva a pureza bondosa de deus. O cristianismo deixaria então de ser uma religião monoteísta e passaria a ser dualista: duas entidades poderosas que se enfrentam. Para sair do impasse, a igreja católica quer agora desvencilhar-se da figura do diabo. Mas a luta entre deus e os demônios é estrategicamente recuperada pelas seitas evangélicas, atraindo hoje cada vez mais adeptos.

Para os que acreditam nele, o diabo se converte em mito vivo e atuante. Ele é a personificação das maldades, responsável pelas infelicidades e tentações maléficas dos homens. A imputação de tanta força ao diabo o converte num ser poderoso. Se o diabo é de fato responsável pelo mal da humanidade, pelos acidentes, corrupção, maldades de todo tipo que assistimos diariamente, então ele é um ser poderoso demais. Talvez até mais poderoso que o próprio deus. Se não, como explicar a permanência entre nós de tantas maldades? Como justificar o fato de um ser inferior causar tanta desgraça em um mundo governado por um deus todo poderoso? Se deus não pode resgatar o diabo, então o mal é tão forte quanto o bem?, indaga G. Minois. A supremacia de deus torna-se uma questão delicada. O que leva os gnósticos a inverter os papéis: na verdade, foi o diabo que criou o mundo perverso, deus tenta apenas salvar o que pode. ■

DOS-
SI-
Ê

DE PERTO NIN- GUÉM É NOR- MAL

DOS -
SI -
Ê



Luiz Felipe Barcelos/Unb Agência

HSVP

DOI DO É TU

Nova forma
de encarar
primeiras
crises de
psicose
pode
evitar que
a doença
atinga um
grau crônico

João Paulo Vicente

Repórter - Revista DARCY

Paranóico, perturbado, louco. Na rua, é assim que chamam o homem de 60 anos, baixo e inquieto. Prisioneiro de um estigma, ele fica nervoso e se concentra para não gaguejar quando fala da própria história:

“Ao longo dessa minha peregrinação que chamam de esquizofrenia, eu fui muito explorado por esse povo que se diz da saúde mental.”

A frase resume o que o professor Ileno Izídio chama de 'carreira de doente mental'. Primeira crise, internação, segunda crise, internação, terceira crise, internação, remédios aos montes, o estigma, e lá se vão trabalho, amigos e vida social. Pronto. Um doente mental crônico.

Ileno é professor do Instituto de Psicologia da UnB e militante da luta antimanicomial, movimento surgido na década de 70 que defende mudanças no tratamento de pessoas com problemas psíquicos. Em 2000, durante um período de estudos na Inglaterra, ele encontrou uma alternativa que casou com essa ideia: as intervenções precoces nas psicoses.

De volta ao Brasil, em 2001, criou o Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótica (Gipsi). O objetivo é atender de forma diferente pessoas que entram em crise pela primeira vez. Participam do grupo estudantes de graduação e pós, além de psicólogos, psiquiatras, enfermeiros, terapeutas ocupacionais e até antropólogos. O tratamento consiste em acolher os pacientes e incluir a família no processo. O modelo da UnB é único no país.

Quando eu trabalhava como psicólogo de pacientes crônicos, notava que a terapia não tinha muito efeito, afirma Ileno.

Percebi que tinha alguma coisa errada e que o importante era evitar que o problema se tornasse crônico, não deixar chegar lá.

No Gipsi, são atendidos casos como o de um aluno de Química que surtou durante uma aula. Ele começou a ficar nervoso e interrompeu o professor, gritando que tinha descoberto a fórmula que provava a existência de Deus. Sem saber o que fazer, o professor ligou para o Serviço de Orientação ao Universitário (SOU), da UnB, que o encaminhou para o grupo do professor Ileno.

Na hora, os participantes do grupo estavam na reunião semanal de avaliação do efeito terapia em cada um dos casos. Quando soube do que acontecia na sala da Química, Ileno enviou dois integrantes do grupo para lidar com a situação. Eles encontraram com o aluno em crise na sala e começaram a conversar.

Um deles questionou a fórmula que o menino defendia, e assim eles estabeleceram um vínculo.

Essa é uma parte importante do tratamento, liga o paciente ao terapeuta.

E pode ser qualquer vínculo, de amor, ódio, sedução, interesse, enfim, qualquer um que caracterize as relações humanas.

Da sala, os psicólogos acompanharam o rapaz até o restaurante universitário e depois até o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (Caep), do Instituto de Psicologia, onde funciona o Gipsi. Os pais foram chamados e uma psiquiatra do grupo avaliou seu estado. Como o jovem não se acalmava, teve que ser medicado.

Ele criou um vínculo tão forte que não resistiu, inclusive abaixou a bermuda para tomar a injeção na bunda.

A história é uma exceção. Quando alguém entra em crise psicótica, a atitude comum é chamar o Corpo de Bombeiros ou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Nesses casos, o paciente termina no Hospital São Vicente de Paula, no centro de Taguatinga. O São Vicente é, na prática, um manicômio, onde o indivíduo será medicado e internado.

Tem um erro gravíssimo no encaminhamento das primeiras crises, que é desconhecer os contextos e as potencialidades das

relações que geraram a crise, e inclui-las no tratamento comum desde o início.

As crises graves são manifestações da psicose, termo amplo para designar doenças mentais e a loucura em geral, usado pela primeira vez em 1845, pelo psicólogo austríaco Erns Von Feuchtersleben. São considerados psicóticos pacientes com esquizofrenia, depressão profunda, paranóia, entre outros males. Atualmente, são dois os principais guias para o diagnóstico desses transtornos: o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM, em inglês) e o Classificação Internacional de Doenças (CID-10), mais usado no Brasil.

Em geral, esses manuais consideram alguns sinais como indicativos de que a pessoa pode estar prestes a apresentar algum tipo de psicose. Na intervenção precoce, são chamados de pródomos, algo como “pré-sintomas”. Olha a lista: ansiedade, irritabilidade, oscilações de humor, desinteresse, distúrbios no sono, falta de apetite, dificuldade de concentração, retraimento social etc.

Ileno questiona essas indicações.

São sintomas comuns. A pessoa pode ter uma crise parecida com psicose, mas não ser psicótica.

No fim das contas, o que caracteriza a doença é uma dissociação da realidade e incapacidade de levar uma vida normal. Porém, com exceção de situações causadas por abuso de substâncias químicas ou lesões cerebrais, não se trata de um problema físico.

Ou seja, não há provas de que exista uma mudança física ou química no cérebro dos psicóticos, como também não há um consenso sobre o que seja a psicose. Por causa disso, nos anos 70, um grupo conhecido como antipsiquiatras começou a questionar a existência da doença.

Ileno tomou esse caminho.

Eu questiono o diagnóstico. Chega um paciente para mim como psicótico e eu discuto com o grupo. Vamos com calma, antes de tudo é uma pessoa, vamos ver o que ela tem realmente.

Daí o “tipo psicótico” usado no nome do Gipsi. Aliás, uma novidade brasileira frente ao modelo internacional de internações precoces. Num levantamento feito com 64 pacientes do grupo, atendidos entre 2001 e 2010, o pesquisador constatou que, apesar de todos estarem vivendo crises psicóticas, apenas três realmente eram psicóticos. Por isso, ele propõe outra mudança de nomenclatura: ao invés de psicose, a doença passaria a se chamar ‘sofrimento psíquico grave’.

Além do questionamento do diagnóstico, outra diferença do Gipsi é a inclusão da família no tratamento. No modelo tradicional,

Luta antimanicomial:
o professor Ileno Izídio trabalha há mais de 30 anos por um tratamento mais humanizado e respeitoso para quem sofre de transtornos mentais

“O EXCESSO DE MEDICAÇÃO, O DIAGNÓSTICO ERRADO E O EXCESSO DE INTERNAÇÃO PODEM CONTRIBUIR PARA QUE A DOENÇA SE TORNE CRÔNICA”

Ileno Izídio



quem é internado em crise só pode receber visitas 15 dias depois, por um curto período de tempo. Na maioria dos casos, os parentes não recebem acompanhamento ou orientação sobre como lidar com o interno.

A família conhece melhor que qualquer um a história e o contexto em que vive aquela pessoa.

Como o tratamento do grupo parte do princípio de que não se está lidando com uma doença, generalizada, mas com uma pessoa, única, é preciso incluir os familiares. Isso é feito imediatamente, como no caso do estudante de Química.

Durante as terapias, há sessões em que o paciente vai sozinho e outras em que é acompanhado pelos entes próximos. Outro detalhe: os encontros não se limitam ao espaço clínico do Caep. Acontecem em qualquer lugar.

O pessoal até brinca com aquela banda, o Gipsy Kings, porque nós somos ciganos da saúde mental, vamos atender o cliente onde ele estiver.

Foi o que aconteceu com Vitória (nome fictício), em 2008. Moradora de Taguatinga, ela já estava em crise há três dias quando foi levada para o São Vicente, numa sexta-feira. Por intermédio do irmão, funcionário do Instituto de Psicologia, uma psicóloga do Gipsi acompanhou-a ao hospital. Medicada, voltou para casa e continuou delirando até a terça. “Não lembro de nada desses dias, não conseguia separar realidade de fantasia. Só lembro do nome da Raquel”, conta ela.

Raquel de Paiva Mano foi a psicóloga da paciente durante o tratamento no Gipsi. Tanto ela quanto Vitória são evangélicas, e o vínculo entre as duas começou pela religião. A proximidade, aliás, foi fundamental para

que Vitória superasse o preconceito contra a terapia. “Todo mundo falava que minha crise era um problema espiritual e eu também pensava assim no começo”, afirma.

Durante os três anos em que foi atendida no grupo, Vitória passou por muita coisa. Os irmãos frequentaram uma sessão, mas preferiram não continuar o processo. O marido, no entanto, foi com ela até o final. “Eles nos deram apoio, rumo, tranquilidade, e conscientização sobre o problema, para mim e pro meu marido.”

“É uma doença com muito preconceito. Se você diz que tem diabetes, tudo bem. Se você fala que teve um surto, todo mundo se assusta. Você mesmo não se aceita. Eu achava que não ia me recuperar, que o mundo tinha acabado. Com a ajuda do Gipsi e da Raquel, eu comecei a reescrever minha história.”

José Oliveira: falando sem parar, o homem franzino (foto ao lado) reclamava do banho frio, apesar de achar água quente um luxo, e de não poder descansar por causa do medo dos colegas. Estava há cinco dias no São Vicente, trazido pela polícia. Na última passagem pelo hospital, pulou o muro e sumiu. “Não aguentava mais levar agulhada”

Bruno Eduardo: o garoto de 21 anos (à direita na segunda foto) completava o 21º dia de internação – a quarta vez que isso acontecia. Depressivo e bipolar, ele parecia não se importar muito com a situação, apenas se sentia entediado. “Na teoria, ficar no hospital me melhora. Na prática, não”



Parte dessa história, no entanto, ainda está ligada ao São Vicente. O irmão de Vitória, aquele que a indicou para o Gipsi, também teve crises psicóticas. Apesar do conselho que deu à irmã, ele não se tratou na UnB. Foi ao São Vicente algumas vezes. Nessas ocasiões, Vitória conversou com a família de outros pacientes em primeiras crises.

“Eles estão totalmente perdidos, não sabem para onde ir ou a quem recorrer, aí eu falo no Gipsi”, diz Vitória. E é assim que as pessoas chegam ao grupo da UnB. Indicações da família, de amigos, dos profissionais da rede hospitalar e, em alguns casos, uma procura direta daqueles que percebem que não estão bem.

A Reforma Psiquiátrica determinou há mais de dez anos uma mudança no tratamento dos pacientes com algum tipo de transtorno mental. Em contraponto ao tradicional sistema de internação, foi criada uma rede substitutiva de atendimento, com Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Residências Terapêuticas e um aumento no número de leitos psiquiátricos nos hospitais gerais.

A lei, no entanto, não extinguiu por completo os hospitais que funcionam de acordo com o modelo manicomial. No Brasil, ainda existem 26. O Hospital São Vicente de Paula é um deles. Duas alas de internação divididas entre setor feminino e masculino totalizam 115 leitos. “Mas a gente sempre funciona com pelo menos 150% de lotação”, afirma o diretor Ricardo Lins.

Faltam camas e pessoal. Segundo Ricardo, o ideal é que, para cada cinco pacientes, houvesse um técnico de enfermagem. “Mas aqui essa proporção fica na casa de 1 para 15”, diz. “Também faltam especialistas, como terapeutas ocupacionais. O pessoal é contra os manicômios, mas não aceita vir trabalhar no pronto-socorro para ajudar a mudar a situação.”

O São Vicente oferece alternativas ao tratamento tradicional, como o Hospital Dia, onde os pacientes fazem oficinas e têm assistência de terapeutas, o Gapi (Grupo de Acompanhamento Pós-Internamento), que liga para a família para orientar e saber como estão ex-internos, e uma equipe que acompanha o Programa Vida em Casa, espécie de bolsa-auxílio do governo federal para famílias que cuidam de um parente

doente em casa.

Isso cria um hospital “Frankenstein”. Tem essas iniciativas que contemplam a lei, mas a estrutura manicomial é a mesma.

Na maioria dos casos do Vida em Casa, o que se vê é um reflexo do manicômio.

As pessoas constroem um quartinho no fundo e trancam os doentes lá. Falta uma política para a família, para informar, trabalhar junto, acompanhar, dar apoio e orientação.

O incentivo do governo para que as famílias aceitem seus doentes de volta acontece porque a rejeição é normal nesses casos. “As vezes vamos levar os pacientes em casa e dizem pros enfermeiros ‘nem entre com ele aqui’”, conta Ricardo. E esse nem é o pior cenário: muitos dos pacientes internados não têm parentes conhecidos, ou por terem perdido o contato, ou porque foram deixados no hospital com endereços falsos.

Isso cria um impasse. Por um lado, a lei não permite que essas pessoas continuem internadas indefinidamente. Por outro, elas não tem para onde ir. A alternativa legal são as Residências Terapêuticas, casas do estado onde até oito pacientes morariam juntos. A despeito de uma decisão judicial



“O QUE INTERESSA NÃO É A DOENÇA DA PESSOA, É A PESSOA QUE TEM A DOENÇA”

Ileno Izídio

Ele destaca que a Secretaria de Saúde aprovou uma nova política para os hospitais gerais: “Deve ser publicada em breve no Diário Oficial. Nós vamos organizar e ampliar o atendimento de pacientes da saúde mental nos hospitais gerais. Vai ficar mais bem definido como isso ocorre”.

A explicação de Augusto Cesar é confirmada pela pesquisa da psicóloga Marina Santiago. Ela participou do Gipsi entre 2004 e 2008, primeiro como aluna da graduação e depois do mestrado. Sob orientação do professor Ileno, fez uma dissertação sobre o panorama da saúde mental no DF entre 1987 e 2007.

Para escrever o trabalho, Marina dividiu o período de acordo com as estações do ano. “Usei como metáfora. O verão foi entre 87 e 99”, conta ela. Nesses anos, o Distrito Federal era a vanguarda no tratamento mental. Havia várias iniciativas para melhorar o atendimento, como a instalação de espelhos no São Vicente de Paula. “Parece pouco, mas os pacientes não se viam antes disso. Depois os espelhos foram retirados.”

Enquanto no resto do país a situação melhorou com a lei de 2001, o Distrito Federal entrou num “inverno severo”. Hoje, Marina acredita que há um “degelo”. “A situação melhorou, mas ainda não chegamos à primavera.”

A pesquisa e a abordagem alternativa revelam um outro aspecto do Gipsi. No grupo, Ileno pretende coordenar não só um centro de tratamento de primeiras crises, mas também um centro de estudos. E aí o que não falta é espaço para visões diferentes.

“Eu passei na seleção de mestrado entre os primeiros colocados, mas depois de explicar meu tema na entrevista oral, quase fui desclassificada”, conta Ana Gláucia Queiroz. No caso, o tema era o corpo nas crises psicóticas e Ana Gláucia encontrou

que obriga o Distrito Federal a construir quatro dessas Residências, não há nenhuma delas na capital.

Aliás, o Distrito Federal tem a pior rede de saúde mental do Brasil. A principal causa disso é o número reduzido de CAPS – seis para o tratamento de transtornos psíquicos e sete para dependentes de álcool e drogas. Nos CAPS, há atendimento psicológico, oficinas e outras atividades, e as famílias recebem orientação. Além disso, os CAPS de nível III funcionam 24 horas por dia e podem receber internações, com um acompanhamento mais próximo e humanizado por parte da equipe.

Não existe nenhum CAPS III para tratamento mental no Distrito Federal.

Infelizmente, em casos em o que paciente põe em risco sua vida ou a de outros, é preciso interná-lo. O melhor é que seja nos CAPS III ou em hospitais gerais, mas nós terminamos dependendo do São Vicente.

O psiquiatra e psicoterapeuta Augusto Cesar Farias é o diretor de Saúde Mental do DF, mesmo cargo que ocupou durante o governo de Cristovam Buarque, entre 95 e 98. Para ele, houve um apagão no período em que esteve ausente. “As coisas que eu deixei em 98 encontrei exatamente da mesma forma quando voltei em 2009. Peguei a pior rede do país de saúde mental. Leva tempo para ajeitar, é um processo que envolve licitações e concursos”, afirma Augusto.



apoio no Gipsi. Ela propôs um tratamento que vai contra tudo que é normalmente aceito.

“Em geral, recomenda-se evitar o toque com os pacientes psicóticos, mas eu acredito que o contato físico pode ajudar no tratamento”, afirma a psicóloga. Com cinco pessoas atendidas pelo Gipsi, ela fez oficinas de dança, respiração e movimento. “Eu questionava: Você habita seu corpo?, Você sabe respirar?”

O resultado impressionou. Em resposta ao retraimento social característico da psicose, os pacientes de Ana Gláucia saíam da terapia para tomar café juntos. Ela conta que durante o período em que trabalhou no Gipsi, o momento mais feliz foi quando o pai de um dos meninos que faziam tratamento

com ela lhe disse: “Parece que meu filho está voltando a ser um ser humano.”

O interesse de Ileno pela luta antimanicomial surgiu quando cursava o terceiro semestre de Psicologia na UnB, em 1980. Durante a aula de Psicopatologia, um dos trabalhos de campo envolvia a visita a um hospital-manicômio tradicional. O professor conta que não acreditou no que viu. Pessoas nuas, babando, supermedicadas, fora de si.

O pior foi quando me levaram para ver um eletrochoque. O paciente ficou estrebuchando até se acalmar. Eu saí chocado.

Outros entram no movimento pelo caminho oposto. José Alves, 48 anos, é o presidente do Clube dos Amigos da Saúde

Mental, uma associação de pacientes que sofrem com a psicose. “Eu tenho epilepsia, esquizofrenia, depressão e ansiedade forte”, conta ele.

Criança, no interior de Ceará, ele sofria com repetidos desmaios. Aos 14, veio para Brasília, onde melhorou. Namorou, casou, teve um filho. Aos 30, os desmaios voltaram e, com eles, crises das quais não lembra de nada. Por diversas vezes ficou internado no São Vicente de Paula.

Apesar da turbulência do período, ele não esquece de um episódio. “Eu estava nervoso e eles me amarraram, aí tinha um enfermeiro que ficava batendo na minha barriga com a ponta dos dedos duros. Ele falava ‘esse vagabundo tá gordo que nem um porco de comer às custas do governo’. Eles deviam me

Hospital manicômio: as fotos que ilustram essa matéria e as páginas 40 e 46 deste dossiê foram tiradas numa visita ao São Vicente de Paula. No momento mais tenso, um dos pacientes ajoelhou e implorou: “Me tirem daqui, pelo amor de Deus, eu não sou doente mental”. Quem o acalmou foi um colega: “Calma cara, isso passa. Sua vida é maior”

“UM DOS NOSSOS PACIENTES PRODUZIU UM CARTAZ ASSIM: ‘O LOUCO GRITA, EU SUFOCO – QUEM É NORMAL?’”

Girlene Marques

“Manicômio se dá no serviço, dentro de casa e na sociedade, quando você é uma pessoa sem fundamento. Quando uma empresa contrata um louco como favor, por exemplo, e deixa ele excluído no cantinho, isso é um manicômio visual. Um ser humano tem que ser humano em qualquer situação.”

Não muito longe do São Vicente, também no centro de Taguatinga, funciona um CAPS II. A diferença para o ambiente hospitalar é gritante: saem as paredes brancas e os uniformes verdes, e entra uma casinha agradável, cheia de cor, fotos nas paredes e cartazes produzidos pelos pacientes.

“Acabei de atender uma menina que estava muito nervosa, falando em se matar, mas nós conversamos e ela se acalmou, não precisou ir pro hospital”, conta a psicóloga Girlene Marques, diretora da unidade.

Ela esclarece que ali são oferecidas alternativas ao tratamento tradicional, como terapia em grupo e oficinas – essas, sempre com um objetivo, nunca apenas para passar o tempo.

“As pessoas chegam aqui despersonalizadas, nós queremos torná-las protagonistas de suas próprias vidas”, afirma Girlene. Esse é um ponto importante da rede substitutiva de saúde mental – retorno dos pacientes à vida social. José Alves é uma exceção. A maioria dos psicóticos crônicos fica excluída do convívio social, sem falar no enorme preconceito.

Um exemplo: quando jovens americanos entram em cinemas ou mesquitas e atiram para todos os lados, logo caem na grande definição de louco. E louco, todo mundo diz, é perigoso.

Essa associação reforça o estereótipo negativo. A maioria dos pacientes não é

violenta, pelo contrário, podem ser dóceis e carinhosos.

A filosofia faz com que os pacientes do Gipsi recebam alta quando o grupo julga que estão melhores.

Tem que voltar para a vida. A gente busca tirar da crise e devolver para a família, a escola, o trabalho, enfim, para a vida.

Desde 2001, o Gipsi já tratou mais de 80 pessoas. Treze continuam com a supervisão do grupo e mais três estão prestes a começar a terapia. Todo o serviço é gratuito. O próximo passo é transferir a área de atendimentos para o prédio do Caep, em construção, próximo ao Centro de Excelência em Turismo (CET).

Na área de 1800m² funcionará também um CAPS II docente assistencial, um dos primeiros do Brasil. Será um espaço para treinar e ensinar novas formas de tratamento da saúde mental para todos os profissionais da área.

Junto com um ambulatório de crises psicóticas que queremos fazer no HUB, nós vamos ter uma espécie de CAPS III dentro da UnB...

... eu tenho um delírio.

Se conseguirmos interromper todos os casos de primeiras crises com serviço de intervenção cada vez mais elaborado, vai deixar de existir a chamada psicose. Agora, a loucura nunca vai deixar de existir, ela é um fenômeno essencialmente humano.

Pelo seu próprio caminho, o homem do começo da história encontrou uma certa paz. Mora sozinho, toma só um remédio, ocupa os dias com tai chi chuan, muita leitura e a produção de mosaicos que vende na Torre de TV.

Em um deles, ele escreveu:

Eu sou em mim. ■

proteger, não me questionar.”

Hoje, José Alves é militante da luta antimanicomial e desaprova a contenção de pacientes psicóticos quando feita de qualquer jeito. “Precisa ter algum monitor, um acompanhamento direto”, afirma ele. Em 2008, durante uma oficina no Centro Universitário de Brasília (Uniceub), ele conheceu a TV Pínel, um programa de televisão carioca feito por pacientes mentais.

Do encontro, surgiu a TV Sã, uma iniciativa brasileira semelhante, que já produziu quatro programas. “Não sou mais um qualquer, agora sou ator”, diz. A brincadeira tem um fundo muito sério. José Alves explica que, para ele, o manicômio não se limita ao ambiente hospitalar para loucos tradicionais.

DOS -
SI -
Ê



CAR TA DE RES PEI TO À LOU CU RA

Ilêno Izídio

A loucura é tão antiga quanto a humanidade. Tratada como punição dos deuses à rebeldia humana, passou por um período de “naturalização” até chegar à segregação, na Idade Média, como uma das manifestações humanas que incomodavam a burguesia em formação. Daí até ser separada, excluída e finalmente categorizada como “desvio da norma”, bastou entrar em cena a cientificização (medicalização) para que se configurasse uma diferença radical, até ser chamada de “doença mental” e, mais correntemente, de “transtorno mental”, sendo um dos grades desafios da “pós-modernidade”. Representa ônus crescente para as relações humanas e, em consequência, à saúde pública.

De acordo com a OMS, uma em cada quatro pessoas será afetada por “distúrbio mental” em qualquer fase da vida. Somados os problemas psicossociais como os relacionados ao álcool e drogas pesadas, os transtornos mentais, atingem, por baixo, mais de 500 milhões de pessoas. Entre os transtornos mais frequentes e causas de incapacidade, estão os depressivos, os relacionados ao uso de substâncias químicas, epilepsia, esquizofrenia, doença de Alzheimer, retardo mental, bipolaridade e transtornos da infância e adolescência.

Os “transtornos mentais comuns”, “não psicóticos”, são caracterizados por manifestações como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas. Ocorrências que todos nós, por certo, vivemos em algum momento, afetando pessoas de diferentes faixas etárias, fonte de sofrimento tanto para o indivíduo quanto para a família e a comunidade.

Estudos realizados no Brasil e na América Latina identificaram prevalências elevadas de transtornos mentais (entre 20% e 27%, respectivamente), sendo mais comuns entre as mulheres, indivíduos de cor negra ou parda, pessoas com baixo nível de escolaridade, com idades mais avançadas, baixa renda, tabagistas e doentes crônicos.

A “loucura” sempre foi um dos enigmas humanos mais essenciais. No início da década de 50, no mundo inteiro, foram desencadeados questionamentos sobre a etiologia, os processos e as formas de tratá-la. Na Inglaterra, surgiram as Comunidades Terapêuticas, como opção de superação do Hospital Psiquiátrico, com uma lógica baseada na democracia das relações, participação e papel terapêutico de todos os membros da comunidade.

Nos Estados Unidos, nos anos 60, ganhou força o movimento Psiquiatria Comunitária, aproximação com a Saúde Pública e foco na prevenção e na promoção da saúde mental. Na mesma época, surgiu na Inglaterra a Antipsiquiatria, forte questionamento da psiquiatria e da própria doença mental. Simultaneamente a Itália vive a experiência de Franco Basaglia na direção do Hospital Psiquiátrico de Gorizia. Tornou-se evidente que o manicômio é um lugar de segregação, violência e morte, devendo ser combatido, negado, superado, e questionadas suas finalidades no contexto geral das instituições sociais.

Nasce assim a Psiquiatria Democrática, que promoveria, então, a maior ruptura epistemológica e metodológica entre o saber e a prática na psiquiatria. Não negava a “doença mental”, antes propunha uma nova forma de encará-la, entender sua complexidade como algo inerente à condição humana e que vai além do

domínio da psiquiatria. Dizia respeito também ao sujeito, à família, à comunidade e todos os atores sociais.

Assim, a própria estrutura social é que teria de promover a revisão de valores e práticas institucionais excludentes, colocando a doença entre parênteses e voltando toda a atenção ao sujeito, através de um trabalho interdisciplinar e psicossocial.

O Brasil reproduziu a trajetória mundial, mas nos anos 70 aderiu à Reforma Psiquiátrica, contemporânea do “movimento sanitário”, em favor da mudança dos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, equidade na oferta dos serviços, e protagonismo dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde nos processos de gestão e produção de tecnologias de cuidado.

Em 1989, o deputado federal Paulo Delgado apresenta projeto de lei propondo a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios.

Centros de Atenção Psicossocial foram criados para organizar a rede municipal de atenção a pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, como ação de saúde municipal, abertos, comunitários, com atendimento diário, territorializados, e circunscritos ao espaço de convívio social (família, escola, trabalho, igreja etc) daqueles usuários que os frequentam. As práticas realizadas nos CAPS se caracterizam por ocorrerem em ambiente aberto, acolhedor e inserido na cidade, no bairro, ultrapassando a sua própria estrutura física, em busca da rede de suporte social, potencializadora de suas ações, preocupando-se com o sujeito e sua singularidade, sua história, sua cultura e sua vida quotidiana.

Na Universidade de Brasília, o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (Caep) do Instituto de Psicologia, por meio do Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótico (Gipsi), por exemplo, atende diferentes sofrimentos psíquicos e pesquisa outras formas de lidar com a complexidade de nossos sofrimentos psíquicos, leves ou graves. Além disso, com a minha participação na militância local e nacional, participamos desde 1980 da Luta Antimanicomial e da implantação da reforma brasileira.

Desde 2001, o GIPSI luta contra o erro diagnóstico, tratamentos equivocados e ensaísticos, o experimentalismo cego (efeito sujo das drogas), a iatrogenia e a submissão de quem sofre psiquicamente a um sistema não só excludente, mas alienador e perverso. Por isso, somos contra a medicalização em excesso, a psicologização, a psicopatologização, a psiquiatrização e “generalização empiricista” do sofrimento psíquico humano e, por consequência, da sociedade!

Em defesa do meu direito de “sofrer psiquicamente do meu jeito” e contra a alienação de sua expressão, mesmo que ela seja radical, e de ser tratado com toda a humanidade que a minha loucura demanda!

Que os outros (indivíduos, família, profissionais, enfim, a sociedade) me permitam, me respeitem e me deixem “gritar meu sofrimento”. “Que não me discriminem, não me diagnostiquem irresponsavelmente, não me medicalizem em excesso, não me exponham como anormal, não me excluam, posto que vocês também me fizeram como sou!” ■



DOS
SI-
Ê

Eurico Neto

Santa Casa: até o início da década de 1940, pacientes com transtornos mentais eram encarcerados no Hospital na companhia de vítimas de diferentes enfermidades

MARANHÃO, INÍCIO DO SÉCULO XX

ILHA DO ABAN DO NO

Historiador analisa como estado lidou com doenças mentais nos últimos 100 anos e mostra herança de descaso e abandono com pacientes

Tiago Amate

Especial para Revista DARCY

Luiza Homem chegou ao Fórum de Justiça de São Luís sozinha e com a expressão cerrada. Vestia calças, paletó e levava um cigarro à boca. Era observada por uma multidão de populares e jornalistas. O caso já ganhara repercussão nacional: Luiza Gomes Soares estava sendo acusada de seduzir uma mulher casada e induzi-la ao suicídio. Figura conhecida na cidade, frequentava bares, mesas de sinuca e jogos de futebol disputados no bairro do Anil. O ano era 1940. Nessa época, casos de pessoas consideradas fora dos padrões “normais” eram tratados dessa forma: como casos de polícia.

O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, acompanhou a história. “Muito jovem ainda e sendo regularmente instruída, essa criatura fala com o maior desembaraço e sabe-se mostrar bastante insinuante a todos que dela se aproximam”, registrou a reportagem. “O seu olhar lânguido e doentio denunciava a preocupação mental que absorve todo o seu ser”. Na audiência judicial, Luiza foi obrigada a usar vestido para não ser taxada de louca. Com novas roupas, ela passou a ser chamada de “Luiza Mulher”, uma mudança que indicava sua volta ao mundo das pessoas “normais”.

Para ela, não ser considerada louca era um vitória. Todos os loucos do Maranhão compartilhavam o mesmo destino: a prisão. Em sua pesquisa de mestrado na UnB, o historiador Fabio Gonçalves reuniu diversos casos e informações sobre o tratamento dado a pessoas com transtornos mentais na primeira metade do século XX. Foi assim com Januário Pinheiro, acusado em 1906 de

perturbar o sossego público. Visto caminhando pelas ruas do centro, foi preso “em flagrante” pelo subdelegado do 1º Distrito Policial. “Não seria possível permitir que Januário continuasse à solta, perturbando a tranquilidade pública”, justificou o policial. “Não tem hospital, não tem, coloca na cadeia porque solto ele não pode ficar”, disse o historiador. “O objetivo não era tratar. Naquele momento, de maior exaltação ou de maior perigo, o importante era contê-lo e futuramente soltá-lo. Colocava-se o indivíduo na cadeia e daqui a alguns dias ele estava solto, depois ele voltava pra cadeia e ficava nessas idas e vindas”, explica Fabio.

Sua dissertação, intitulada “Nas fronteiras da normalidade: Institucionalização psiquiátrica, práticas de recolhimento e caracterizações sobre a loucura em São Luís”, refaz os caminhos da assistência psiquiátrica no Maranhão até a inauguração da Colônia de Psicopatas Nina Rodrigues, em 1941, e revela que novos conceitos em tratamento de doentes mentais não foram suficientes para reduzir o sofrimento, descaso e abandono que essas pessoas viviam. Pacientes com transtornos mentais eram encarcerados nas cadeias de São Luís, abarrotavam a Santa Casa de Misericórdia, hospital de caridade responsável por uma série de outras especialidades médicas, ou o Pavilhão do Lira, instituição que ainda lembrava o modelo carcerário e que surgiu em 1934 para reter doentes mentais. A pretensão não era de recuperar o louco, mas de privá-lo do convívio social. Mesmo quando se reconhecia que o indivíduo não era perigoso, a responsabilidade pelo seu “tratamento” era da polícia.



A partir de 1941, pessoas com distúrbios ficavam isoladas na Colônia de Psicopatas **Nina Rodrigues**, onde eram tratadas com laboraterapia (D); 70 anos depois de inaugurado, o agora Hospital Psiquiátrico integra pacientes e comunidade em **atividades artísticas** que geram renda (E)

ANORMALIDADE

Em sua pesquisa, Fabio deteve-se a um conceito datado de meados do século XIX, que baseou a análise psiquiátrica. Como forma de avaliar o que saísse dos padrões culturais da época, surgiu o que se chamou de anormalidade. “Ela era, digamos assim, uma loucura mais insidiosa ou mais disfarçada, que estaria visível apenas para especialistas no assunto. E a anormalidade funcionava como uma espécie de guarda-chuva, porque qualquer tipo de desvio do comportamento dito adequado era um passo para o indivíduo ser considerado anormal”, define.

Aqueles classificados como loucos esperavam a mudança para alguma instituição na própria cadeia. Mesmo na Santa Casa de Misericórdia, que existia desde 1815, a situação não era muito diferente do cárcere nas delegacias, uma vez que não havia psiquiatras na cidade. Os “pacientes” eram divididos entre calmos e furiosos, em quartos fechados e isolados, presos com camisas de força à base de lona. “Havia um espaço, era uma espécie de salão de alienados. Eles eram colocados lá. Havia algumas celas para aqueles considerados mais furiosos, num estado de maior exaltação, que ficavam separados dos outros”, conta Fábio. Os

registros históricos indicam vários casos de morte de doentes mentais, causados pelos maus serviços prestados e pelas péssimas condições de higiene e estrutura. “A própria Santa Casa admitia que aquilo ali não poderia ser considerado um tratamento. Era também uma espécie de depósito de loucos. Ainda que fosse uma instituição médica, eles eram claros em dizer que aquilo ali não tratava ninguém”.

Outro abrigo para doentes mentais, o Pavilhão do Lira, ficava ao lado do Cemitério do Gavião, o que levou o médico Tarquínio Lopes a chamar o abrigo de “prenúncio agoureiro de suas finalidades”. Em pronunciamento à época da inauguração do Lira, o diretor geral, Cassio Miranda anunciou: “Não temos porém alojamentos suficientes para separação de doentes por sexos, idades e formas clínicas, nem cômodos para seções especiais. Assim, pois, será sem dúvida passageira aqui a permanência de alienados, nesta situação”.

Como todos os documentos produzidos pela administração do Pavilhão se perderam, o acesso à história do Lira se deu por periódicos e entrevistas. “A minha avó, que era criança na época, me disse que tinha essa lembrança de crianças brincarem

MESMO NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, A SITUAÇÃO NÃO ERA MUITO DIFERENTE DO CÁRCERE NAS DELEGACIAS, UMA VEZ QUE NÃO HAVIA PSIQUIATRAS NA CIDADE. OS “PACIENTES” ERAM DIVIDIDOS ENTRE CALMOS E FURIOSOS, EM QUARTOS FECHADOS E ISOLADOS, SOB CAMISAS DE FORÇA À BASE DE LONA



ali ao redor, saberem do que se tratava e ficarem observando o portão. É nítida na cabeça dela a lembrança, de ver algumas pessoas acorrentadas mesmo ao longo dos corredores”, diz Fábio. Um depoimento da aposentada Marlene Gonçalves ilustra o medo que a comunidade tinha daqueles pacientes. “A mãe dela estava fazendo um café em casa e, do nada, um interno do Pavilhão do Lira aparece na cozinha pedindo café. A mãe começa a gritar desesperada e sai correndo pro meio da rua, com medo”, narra o pesquisador. “Tinha essa ideia: o cara é louco, então é perigoso”.

COLÔNIA DE PSICOPATAS

Em 1941, São Luís inaugurou a primeira casa especializada em tratamento de pessoas com transtornos mentais. A Colônia de Psicopatas Nina Rodrigues (homenagem ao psiquiatra e antropólogo maranhense radicado na Bahia) fazia parte de uma nova política de saúde mental adotada pelo governo Vargas. A instituição localizava-se numa região relativamente distante do centro da cidade e tinha vaga para cem pessoas. O modelo de hospital-colônia tinha como bases o isolamento e o trabalho. O principal tratamento era o da laborterapia, em que os internos praticavam a agricultura. No início, não havia aplicação de choques nem de outros métodos comuns no resto do país, como a contaminação por malária. Além do tratamento dos doentes, eram executadas atividades de profilaxia e higiene mental junto à comunidade, para prevenir comportamentos anormais. “A psicopatia era um flagelo social. Podia surgir dos infortúnios sociais e aí eles citavam a questão da bebedeira, da vagabundagem, da mendicância, da prostituição, da sífilis, das religiões africanas, do espiritismo, que

são todas características ou elementos identificados nas camadas socioeconomicamente menos favorecidas da sociedade”, afirma Fábio.

O modelo asilar (de internação forçada) enquadrava-se no tipo de assistência que prevalecia no Brasil durante a década de 40. Poucos funcionários tinham de dar conta de centenas de doentes. O recolhimento de enfermos pela polícia ainda era corriqueiro. Boa parte dos doentes internados vinha do interior do Maranhão, abandonados pelas famílias. Em três anos, o número de internos chegou a 161 e foram registradas 49 mortes.

O passar dos anos trouxe poucas mudanças no Nina Rodrigues. Deixou o estigma de colônia de psicopatas para virar hospital psiquiátrico. Mas as condições de tratamento dos doentes, com a superlotação e demanda de todo o estado do Maranhão, mantinham a casa no pior dos esquemas do modelo asilar. Maridalva Lima, enfermeira que trabalha há mais de trinta anos no Hospital, conta o que presenciou em 1979, quando havia quatro pavilhões para doentes: “Eles viviam em celas, verdadeiros quartos-fortes. Nós tínhamos uma média de 100 pacientes em cada pavilhão. Eles viviam no pátio, nus, comiam com a mão, comiam em latas de doce, essas coisas assim”. Algumas brigas entre os internos acabavam em morte.

Novas maneiras de cuidar desses pacientes surgiram apenas no início deste século, depois de sancionada a Lei da Reforma Psiquiátrica. Ainda há leitos de longa permanência no que se chama de Pensão Protegida, mas os pacientes estão em fase de desinstitucionalização desde 2009. Os 103 leitos originais foram reduzidos a 51. Apesar disso, o hospital ainda está sobrecarregado. O médico Ruy Cruz, diretor-geral do Nina Rodrigues, diz que as

redes de assistência ao serviço do Hospital ainda são fracas. “São Luís, com um milhão de habitantes, deveria ter pelo menos dez centros de atendimento psicossocial. E nós não temos essa quantidade. Dos que temos, poucos funcionam 24 horas”, afirma. O trabalho de reintegração acontece em oficinas comunitárias que reúnem famílias, pacientes e população dos bairros próximos. “Temos exemplos de oficinas realizadas com garrafas pet e com outros instrumentos, como copo descartável. A intenção é integrar a comunidade nas ações”, explica Ruy.

Essa mudança na política de saúde mental foi fundamental para melhorar os serviços prestados a pacientes com transtornos mentais, diz Fábio. “Se a gente comparar século XX com o século XXI, você praticamente não encontra quem defenda explicitamente a internação a longo prazo como principal meio de tratamento”, afirma. “Hoje o que se tem em voga é o discurso da socialização para que os pacientes só devam ir a essas instituições em situações mais agudas”. Porém, ele ressalta que ainda é preciso superar outro obstáculo: o preconceito da sociedade. Apesar de o tratamento ter mudado, a visão que as pessoas têm dos loucos não é tão diferente. “A gente ainda tem muita dificuldade de ver essas pessoas. Há uma reação negativa quando alguém diz que sofre de doença mental”, diz. “Se existe alguma coisa a evoluir no tratamento desses transtornos, é a busca cada vez maior da socialização, do respeito e da diminuição dos preconceitos”. ■



Mariana Costa/Urb Agência

EU FAÇO CIÊNCIA

Quem é o pesquisador: Fábio Gonçalves fez licenciatura em História na Universidade Estadual do Maranhão (2005). Ano passado concluiu na Universidade de Brasília o mestrado em História Social. Fábio também se formou em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (2007), onde trabalha atualmente.

Título da dissertação: *Nas fronteiras da normalidade: institucionalização psiquiátrica, práticas de recolhimento e caracterizações sobre a loucura em São Luís (1901 - 1941)*

Onde foi defendida: Programa de Pós-graduação em História

Orientadora: Ione de Fátima Oliveira

DOS
SÍ-
Ê



Lutz Filipe Barcelos/UnB Agência



BRASIL, SÉCULO XXI:

PRI SÃO PER PÉTUA À BRA SILEIRA

Avanços na psiquiatria não impedem que pacientes com transtornos mentais recebam tratamento semelhante ao de criminosos

Naiara Leão
Repórter · Revista DARCY

“**I**magens lastimáveis. Os internados permaneciam na Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) do Complexo Penitenciário da Papuda, que se resumia a um corredor de celas coletivas com acesso a um pátio para banho de sol. Não tinham acesso regular à assistência e, muitas vezes, o atendimento era garantido por médicos voluntários. Em momentos de crise, concorriam com os presos por viaturas e escoltas policiais a fim de serem levados aos hospitais. As atividades especializadas eram raras, de forma que sua rotina praticamente não se diferenciava do regime de cumprimento de pena. A distância entre o Complexo Penitenciário e a cidade – e o fato de o ATP situar-se dentro de uma penitenciária de segurança máxima – desencorajava a aproximação da comunidade e relegava sua condição à invisibilidade social.”

O texto acima, extraído da dissertação de Renata Dornelles, descreve a rotina de pessoas que, durante momentos de surto, cometeram crimes. Apesar de a Justiça considerá-los pacientes em tratamento psiquiátrico, recebem quase o mesmo tratamento destinado a criminosos condenados. As cenas foram presenciadas por ela entre 1997 e 1998, quando trabalhava como delegada de Polícia Civil na Coordenação do Sistema Penitenciário do DF. As instalações eram tão precárias que as pacientes femininas chegavam a dividir celas com detentas comuns porque não havia um espaço específico para internação das mulheres. Atualmente, os loucos infratores do DF, homens e mulheres, estão realocados na Penitenciária Feminina do Gama.

Desde que se aproximou do mundo dos loucos infratores, Renata deu-se conta de que o tratamento de saúde que a Justiça dizia garantir era uma condenação disfarçada. Aos poucos, notou que a cultura do cárcere era resultado de questões políticas e do olhar da sociedade sobre a loucura. Decidiu trazer suas inqui-

tações para a UnB, onde desenvolveu uma pesquisa de mestrado que analisa o controle jurídico dos loucos infratores. “Eu queria entender como o direito penal foi chamado a intervir em algo que pertencia ao campo da saúde”, diz.

No estudo, Renata traçou um levantamento histórico de como a loucura foi vista em diferentes épocas pela sociedade, observando principalmente como se dava a relação entre psiquiatria e direito penal no caso de loucos que cometem atos violentos. Ela observou que, durante muito tempo, as discussões de um campo reforçavam as abordagens de outro e vice-versa. Por exemplo: quando a loucura passou a ser vista como doença, a Justiça começou a falar em tratamento para os loucos infratores, ao invés de punição. Porém, esse diálogo se perdeu ao longo do tempo, e o que se vê atualmente é uma distorção do conceito de tratamento que acaba legitimando a prisão de pacientes.

A legislação brasileira determina que, ao cometer um crime, o louco seja avaliado pelo juiz com a ajuda de laudos médicos. Se considerado inimputável, ou seja, incapaz de ser responsabilizado por não ter consciência plena de seus atos, é julgado e absolvido. Nessa caso, não há pena ou castigo, apenas um tratamento psiquiátrico em regime de internação, chamado de medida de segurança. É em torno da aplicação desse conceito que psiquiatria e direito penal divergem, segundo a pesquisadora, provocando uma rachadura no “círculo alienista” (veja quadro) que prosperou durante vários anos.

DESCOMPASSO

No Brasil, a relação entre direito e psiquiatria começou a desandar a partir da Lei da Reforma Psiquiátrica, em 2001. O texto fecha o cerco às internações asilares – aquelas em que o paciente fica confinado a um

O movimento de legitimação recíproca entre psiquiatria e direito é o que Renata Portella chama de "círculo alienista". Para a pesquisadora, o mecanismo justificou a segregação de loucos infratores em internações movidas pelo preconceito e sem possibilidade de recuperação.

Até ao final da Idade Média, no **século XV**, a loucura era vista como oportunidade para que as pessoas "normais" exercessem a caridade. Mas a Renascença, período que valorizou racionalidade e espírito crítico, inaugurou sua segregação. Eles foram expulsos das cidades, abandonados em campos e entregues a barqueiros. Logo, passaram a ser esquecidos em casas de internação.

No entanto, havia um impasse em relação aos loucos que cometeram crimes. Não havia consenso se eles mereciam ou não serem punidos. Na prática, até o **século XIX**, muitos juízes os absolviavam, mas providenciavam uma internação em hospitais psiquiátricos de maneira informal. Por sua vez, profissionais da saúde reclamavam que eram violentos e não respondiam aos tratamentos conhecidos. Aos poucos, os loucos infratores foram transferidos para outro quarto, outro corredor, outra ala, até chegar a outros hospitais, os manicômios judiciários. O primeiro foi inaugurado na Inglaterra, em 1860.

O CÍRCULO ALIENISTA

Na passagem do **século XIX para o século XX**, prosperou a conceitualização do louco como um "degenerado", um tipo desviado do padrão da humanidade por fatores hereditários. O conceito foi logo apropriado pela criminologia. O italiano Cesare Lombroso propagou a ideia de que o louco não poderia ser julgado pelos mesmos princípios que os demais porque era diferente.

Na primeira metade do **século passado**, surgiram os primeiros códigos penais modernos, que se apropriaram do discursos de Lombroso para implementar a medida de segurança, instrumento que deveria garantir o tratamento, mas que na prática é usado para internar pessoas com transtornos mentais.

ambiente fechado, sem opções de lazer ou assistência especializada - mas não trata especificamente dos manicômios judiciários, onde loucos cumprem medida de segurança. Segundo seu autor, o sociólogo e ex-deputado federal Paulo Delgado, isso acontece porque o tema poderia atrasar outras conquistas. "Já havia preconceito contra o assunto. Se era preciso um movimento cultural forte para enfrentar a questão do doente mental dito 'normal', imagine o infrator, em que dependeríamos do Poder Judiciário", explica. Na avaliação de Renata, a lei é benéfica por assegurar direitos de todas as pessoas com transtornos psíquicos. Segundo ela, reflete uma movimentação de vários países e uma abertura da Psiquiatria no sentido de oferecer um tratamento mais humanizado. No entanto, uma década depois da aprovação da Reforma Psiquiátrica, o direito penal brasileiro veio na contramão com uma mudança que volta atrás nas conquistas de 2001.

Outra lei, a 12.403/11, altera o Código Penal ao prever alternativas à prisão preventiva, decretada antes do final de um processo quando se considera que o réu pode prejudicar as investigações ou a sociedade. Há opções leves, como a proibição de se aproximar de determinado local ou pessoa. Mas há também a internação provisória, que pode ser decretada para acusados com transtornos mentais antes da conclusão do processo judicial. Renata considera que o texto traz de volta a medida de segurança provisória, que já existiu no Código Penal brasileiro, mas havia sido extinta em uma reforma em 1984. "É terrível. Enquanto o discurso da saúde mental avança no sentido de desinstitucionalizar a loucura, o direito penal retrocede do outro", avalia Renata.

Segundo ela, a internação provisória tem servido como justificativa para encarcerar usuários de drogas apreendidos nas cracolândias e até alcoólatras que agredem mulheres

antes da conclusão do processo judicial. Como a dependência química é classificada como transtorno mental pela Classificação Internacional de Doenças, pessoas que abusam das drogas e da bebida também podem ser enquadradas na medida. Seria um atalho para a prisão de pessoas "indesejadas". "O Estado está burlando as regras. Essa interface da medida de segurança se dá não só com as drogas, mas também com a Lei Maria da Penha por meio da institucionalização de pessoas alcoolizadas", afirma.

O destino dessas pessoas depende da localidade onde vivem. Em cidades onde há hospitais da rede pública ou casas de terapias com vagas, eles recebem um atendimento mais adequado. Onde não há, vão para manicômios judiciários, que são prisões destinadas aos loucos. Entre os encarcerados, 3% respondem pela Lei Antidrogas. O número foi revelado no final de 2012, em estudo dirigido pela antropóloga e professora da UnB, Debora Diniz, a pedido do Ministério da Justiça. Neste primeiro Censo oficial da população manicomial judiciária, a equipe da UnB mapeou 3.989 pessoas internadas em 26 unidades. Entre elas, 2.838 cumpriam medida de segurança, mas 1.033 (26%) viviam na situação denunciada por Renata - em internação temporária à espera de sentença. Além disso, 117 esperavam conversão de pena em razão de alegado transtorno mental.

Outro problema apontado por Renata é que a lei afirma que "no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas", o juiz poderá substituir a internação provisória por prisão preventiva. "O tempo todo a pessoa está ameaçada. Do manicômio ao cárcere, basta a inadaptação", afirma a pesquisadora.

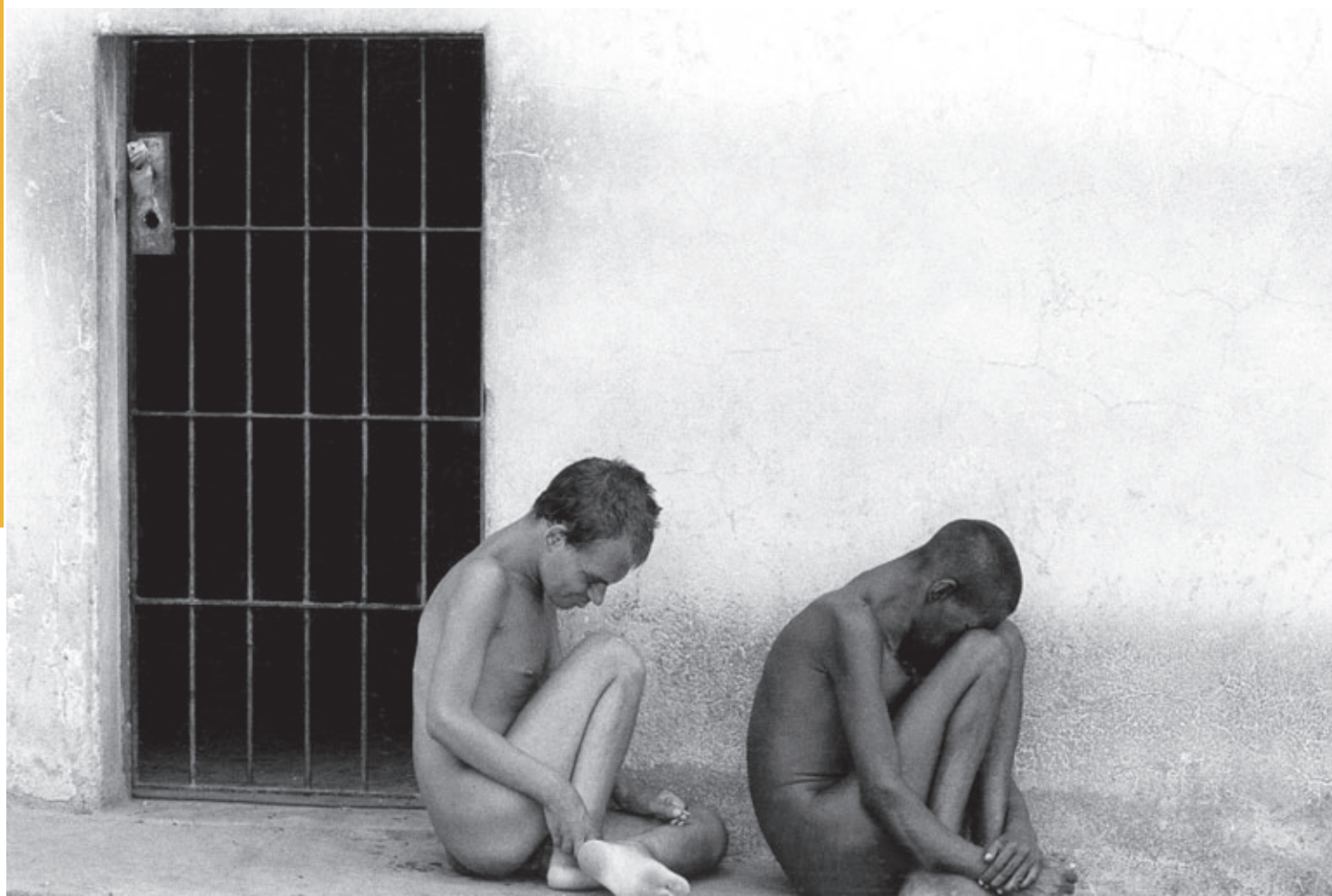
HOSPITAIS-PRISÕES

No Brasil, o primeiro hospital-presídio para loucos surgiu em 1920, no Rio de Janeiro.

Dois incidentes articularam imprensa e pesquisadores da saúde em torno da ideia: em 1919, um taquígrafo considerado louco atirou na esposa do senador Artur Índio do Brasil, e no ano seguinte houve uma rebelião na ala de criminosos do Hospício Nacional do Rio de Janeiro. Na época, ficou célebre a frase que a esposa do senador, Clarice Índio, disse ao marido antes de morrer em decorrência do tiro: "Perdoa, coração". Artur pode ter perdoado, mas a sociedade, não. "Houve uma mobilização, não no sentido de garantir tratamento terapêutico, mas por uma repressão apropriada", conta Renata, que se impressiona com a omissão do Judiciário nessa época. "Uma das surpresas da pesquisa foi ver que, tanto na Europa quanto no Brasil, a figura do manicômio judiciário antecedeu qualquer formulação jurídica".

No Brasil, o Código Penal de 1940 legitimou as internações por meio da medida de segurança. Era uma posição que refletia as discussões no campo da saúde mental nos anos anteriores. Influenciados pela noção propagada pela psiquiatria do século XIX de que o louco tinha uma personalidade degenerada, juristas da época decidiram separar o tipo de tratamento dispensado às pessoas normais e o que serviria aos loucos.

O primeiro seria a pena cumprida nos presídios, e o segundo, o tratamento de saúde, cumprido por meio da internação. O louco foi considerado inimputável, não pode ser punido por não ter consciência plena de seus atos. Havia ainda outra questão: quanto tempo o louco infrator deveria permanecer internado? Seguindo a lógica de que a pena é proporcional à gravidade do crime, juristas resolveram que a duração do tratamento seria definida pela periculosidade do louco, ou seja, a probabilidade de que ele voltasse a delinquir. De acordo com Renata, o conceito da periculosidade criou dois problemas. O primeiro foi a legitimação do preconceito. "Não há nada que diga que o preso comum




tem possibilidade menor de voltar a delinquir do que o doente mental”, diz. O segundo é a imprecisão do diagnóstico. “A escala que mede a periculosidade é baseada em conceitos morais da nossa sociedade. São itens como ‘dificuldade para manter relacionamentos longos’ que definem quão perigosa é uma pessoa”. Além disso, a noção de periculosidade contribui para que os loucos fiquem internados por longos períodos ou até por toda a vida.

De acordo com o censo elaborado por Debora Diniz, 21% dos internos está a mais tempo no manicômio do que havia sido estipulado pelo juiz e 0,5% já ultrapassou os 30 anos de internação, tempo máximo para cumprimento de pena no país. “Vira uma espécie de prisão perpétua à brasileira, porque toda vez que vão fazer o exame de avaliação, apontam para a continuação da periculosidade, já que não recebem o tratamento adequado”, afirma Renata.

Paulo Delgado concorda que o encarceramento eterno é fruto da distorção da ideia do tratamento, que pode não ter fim. Ele é a favor do fim da inimputabilidade. Acredita que se a Justiça determinasse pena, ao invés de tratamento, os loucos infratores saberiam pelo menos quando deixariam os manicômios. “O louco tem condições de saber que fez algo inaceitável, fora da curva. A inimputabilidade

infantiliza o infrator e tira dele a possibilidade de se reintegrar à sociedade. O tratamento deveria ser um complemento”, afirma.

Renata opta por um caminho diferente, onde a inimputabilidade e a medida de segurança seriam mantidas. A execução do tratamento é que seria diferenciada. Para ela, o ideal seria que os loucos infratores fossem tratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em vez de ficarem sob a tutela de manicômios judiciários. Com o apoio de uma equipe multidisciplinar e participando de oficinas terapêuticas, eles poderiam ser reinseridos no mercado de trabalho e nas escolas, levando uma vida “normal”.

Em sua banca de mestrado na UnB, em abril deste ano, a pesquisadora foi questionada se essa ideia não seria utópica demais. Respondeu contando duas experiências da Justiça em Belo Horizonte e em Goiânia. Nessas cidades, há centros de convivência em que psiquiatras e assistentes sociais atendem loucos que estão cumprindo medida de segurança. Eles recebem tratamento e voltam para casa, sem internação. Depois de um tempo, os profissionais do centro emitem um laudo que auxilia o juiz a determinar a continuação ou não da medida de segurança. Mesmo que por vias diferentes, o que todos desejam é o fim da “prisão perpétua à brasileira” para os loucos. 

Pacientes de **manicômios judiciários** enfrentam condições semelhantes às de presídios comuns. Sem acompanhamento adequado, ficam guardados em celas por anos e anos, sem perspectiva de recuperação ou liberdade. A foto ao lado, tirada no Hospital Psiquiátrico do Juqueri, recebeu menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos em 1984



Mariana Costa/UnB Agência

■ EU FAÇO CIÊNCIA

Quem é o pesquisador: Renata Portella é socióloga e bacharela em Direito. Em 2012 concluiu o mestrado em Direito, Estado e Constituição na UnB. Trabalha como oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Título da dissertação: “O círculo alienista”: reflexões sobre o controle penal da loucura

Onde foi defendida: Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito

Orientadora: Ela Wiecko

FONTES

Gipsi tem um telefone de emergência para o atendimento de primeiras crises psicóticas:

(61) 9955 2266

Para mais informações sobre o grupo, entre no site www.gipsi.org.br

Da psicose ao sofrimento psíquico grave

Vários autores, Ed Kaco, 2010

O primeiro livro publicado pelo Gipsi traz um panorama sobre as intervenções precoces, questiona conceitos sobre psicose e mostra os resultados de tratamentos alternativos com que o grupo experimentou nos últimos 10 anos

O Alienista Machado de Assis

No conto do escritor realista brasileiro, um médico cria um manicômio em uma pequena cidade e passa a internar todos os moradores que apresentam, em sua opinião, um desvio de caráter. No fim das contas, conclui que todos são loucos e ele é o único sã

História da loucura Michel Foucault

O livro do filósofo francês faz um apanhado de como sociedade ocidental trata a loucura desde a idade média

Portal da Saúde Mental

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=925

O site do Ministério da Saúde tem informativos sobre a reforma psiquiátrica e dados sobre a implantação da rede de cobertura de saúde mental em todo país

Bicho de Sete Cabeças Laís Bodansky, 2001

O filme é baseado na história de Austregésilo Carrano Bueno. O adolescente Neto, personagem principal, é pego pelo pai com um cigarro de maconha e internado num manicômio. Dentro da instituição, ele conhece uma realidade terrível, que inclui eletrochoques

Os 12 Macacos Terry Gilliam, 1996

O filme se passa num futuro devastado, no qual um presidiário é mandado de volta no tempo para impedir os eventos que causaram a destruição do planeta. No passado, ele é confundido com um louco e acaba num manicômio

Um Estranho no Ninho Milos Forman, 1975

Um trapaceiro é preso e finge ser louco para ficar em um hospital psiquiátrico. Lá, ele encontra a resistência de uma enfermeira cruel





D. H. Friston

DE OLHOS BEM ABERTOS

Advogado usa vivência nos tribunais para analisar como fatores subjetivos influenciam decisões judiciais

João Paulo Vicente
Repórter · Revista DARCY



Dez anos de experiência como advogado deixaram uma certeza em Eduardo Cravo: a justiça pode até ser cega, mas os juízes não. Eles têm histórias de vida, preconceitos, crenças, vícios, emoções, opiniões, sentimentos, enfim, são humanos. Bem diferente da imagem do magistrado descrito nos livros, um ser superior capaz de deixar de lado todos os fatores subjetivos na hora de tomar sua decisão.

“Todos os dias eu passava por situações onde isso ficava claro, mas nunca tive um embasamento para fundamentar essa ideia cientificamente”, afirma Eduardo. Em 2009, ao entrar no mestrado na Faculdade de Direito, ele encontrou o que faltava durante uma aula de Antropologia Jurídica. Ao contrário das discussões predominantemente doutrinárias das outras disciplinas, que se focam nos princípios que guiam o direito e nas teorias das leis, esse campo do estudo se preocupa com uma visão mais ampla de como o judiciário lida com a sociedade.

Ali o advogado encontrou a base para desenvolver sua dissertação. O objetivo era observar como fatores externos aos autos dos processos, ou seja, às provas e argumentos apresentados aos juízes, influenciavam a maneira como estes julgavam. Para isso, ele acompanhou 38 audiências de varas cíveis, da família e de violência doméstica, além de entrevistar oito magistrados.

“Achava que nenhum juiz ia assumir isso claramente para mim e foi o contrário. Muitos foram bem claros, mesmo que depois dissessem que eu não podia escrever o que falaram”,

conta Eduardo. “Na realidade, creio que para muito deles funcionou como uma catarse, um divã, até reclamavam quando acabava.”

Durante as conversas, Eduardo identificou três atitudes dos entrevistados em relação à interferência de aspectos subjetivos nas sentenças. No primeiro grupo estão os juízes que afirmaram não serem afetados de forma alguma por elementos externos aos do processo. No segundo, aqueles que se dizem sim afetados, mas que deixam isso de lado na hora de decidir. Por último, os magistrados que admitem a influência desses fatores em suas sentenças.

Ele então sobrepôs essas informações aos dados que coletou nas andanças pelas 27 varas cíveis e da família do DF. Fora da posição habitual de advogado, agora como observador externo que não participava da ação, Eduardo só confirmou o que já havia vivido antes: casos muito parecidos julgados de maneiras completamente diferentes, situações onde o que ficava resolvido não agradava nenhuma das partes e decisões tomadas sem nenhum lastro nas provas. “Teve uma juíza que assumiu categoricamente que tomava a decisão baseada no bom senso, mas que bom senso é esse?”

DENTRO DA CORTE

O sistema jurídico é feito de forma que possa servir como base para administrar conflitos numa sociedade com grupos sociais e vontades muito diferentes entre si. Assim, há mecanismos que deixam, ao lado da avaliação legal, características que este sistema não está preparado para lidar. ▶



Sem uma definição clara do que é bom senso, não é possível que o juiz baseie nisso a sua decisão.

“A aplicação desse processo de filtragem como condição de julgar não arbitrariamente, no entanto, um universo grande de questões que podem ser mais ou menos importantes para o conflito, como um insulto moral”, afirma Luís Roberto Cardoso, professor do Departamento de Antropologia e co-orientador da pesquisa de Eduardo.

Aí aparece, para o pesquisador, o problema de usar o bom senso, citado pela juíza e ouvido por ele em diversas outras audiências. Sem uma definição clara de em que ponto se estabelece esse conceito, não é possível que a decisão do representante do judiciário que se baseia nele seja sempre a mais justa possível.

O bom senso do juiz quando aplicado a mediação de acordos, por exemplo, nem sempre garante que os interessados no processo saiam satisfeitos, mesmo que cheguem a tal acordo. Nas varas cíveis e da família, se prevê que antes de abrir um processo, o magistrado se reúna com os envolvidos para tentar chegar a uma solução que agrade a todos.

Na realidade, Eduardo observou que não é bem isso que ocorre. “Geralmente o acordo celebrado vinha do juiz, praticamente imposto. Ele virava e falava: você vai fazer isso e você vai fazer isso”, afirma Eduardo. Para ele, esse tipo de atitude, que muitas vezes envol-

ve a coerção dos envolvidos, com ameaças de que será pior caso a ação vá a julgamento, não traz benefícios.

“O objetivo do acordo é trazer um espécie de paz social, mas na realidade não resolve o problema de ninguém”, diz o advogado. Na dissertação, ele descreve um caso que presenciou no qual um ex-casal chegou com um acordo já discutido sobre a guarda do filho. A criança ficaria cada semana com um dos pais. O juiz foi contra.

Com o argumento de que tinha experiência nesses casos e que nunca dava certo, ele ignorou o acordo prévio, definiu com quem ficaria com a criança e ainda estabeleceu o valor da pensão. O caso também serve como exemplo de outro dispositivo que o pesquisador acredita que não seja usado adequadamente: a máxima da experiência.

Na teoria, a máxima de experiência é o recurso que um juiz tem de utilizar o conhecimento que ele adquiriu em casos semelhantes e repetitivos. Na realidade, o que se usa são as crenças e episódios da vida pessoal do julgador. Assim, no caso de extravio de mala, em vez de considerar outras ações semelhantes que passaram por sua mão, um magistrado pode usar como ponto balizador para sua decisão aquela ocasião em que ele teve sua bagagem perdida.

“EU SEI O QUE VOCÊ ESTÁ PASSANDO”

Antes de pesquisar a subjetividade dos juízes brasileiros, Eduardo Cravo atuou como advogado num caso simbólico. A ex-esposa de seu cliente* pedia aumento da pensão paga ao filho deles. Ela dizia que a criança sofria de asma, por isso necessitava de mais dinheiro para medicamentos e outras despesas. Para provar a doença da criança, ela exibiu um atestado médico. Na audiência em frente ao juiz, o clima era tenso, com troca de ofensas e

acusações. O pai estava indignado, estava convicto que seu filho não tinha asma e que tudo não passava de um truque para lhe “tirar mais dinheiro”. Aos prantos, a mãe não parava de se lamentar, e a todo momento enfiava a cabeça sobre a mesa, com as mãos nos cabelos. Sentada ao lado direito do juiz, a promotora observava a cena quieta, até que se dirigiu à mãe: “Meu filho também tem asma e eu sei bem o que você tem passado”. Naquele





CERTO E ERRADO

A pesquisa de Eduardo não incluiu varas penais, mas a experiência pessoal como advogado e menções feitas pelos juizes durante os depoimentos mostram que ali o caráter subjetivo é ainda maior. “Na criminal você está julgando a pessoa, olha no olho da testemunha e a sente, os juizes são praticamente liberados para fazer esse tipo de análise”, afirma o pesquisador.

O verbo sentir usado por Eduardo é a palavra-chave. “Os juizes primeiro sentem o caso, e a partir dessa perspectiva eles reconstruem a discussão e chegam à verdade”, diz o professor Luís Roberto. Verdade, no caso, é a sentença que contém a argumentação objetiva, que justifica a decisão do magistrado, aí sim, calcada nos regimentos legais.

Então o resultado é que a sentença final é a reconstrução objetiva de uma decisão baseada em aspectos subjetivos. Em função disso, uma questão muito semelhante pode ser avaliada de formas opostas por dois juizes diferentes. “Isso faz com que os advogados se preocupem com quem vai julgar sua causa”, comenta Luís Roberto. “Se um juiz defende um cliente numa posição num dia, e outro na posição oposta no dia seguinte, o advogado vai torcer para pegar um juiz diferente.”

momento, Eduardo soube que seu caso estava perdido.

O juiz fez sua avaliação principalmente com base no parecer da promotora, já que não havia outras provas. Como a mãe queria, a pensão foi aumentada. Meses depois, Eduardo encontrou seu cliente na rua, por acaso. Ele levou a criança a outro médico, que fez todos os exames e garantiu: seu filho não tem asma.

*Os nomes dos envolvidos no caso foram preservados.

“Isso é inevitável, é preciso que o sistema crie regras para evitar a manipulação. Há advogados que conhecem as tendências de determinados juizes, por exemplo, e esperam que eles entrem em recesso para protocolarem as ações”, afirma o diretor da Faculdade de Direito, professor George Galindo.

George participou da banca de avaliação do trabalho de Eduardo e vê na pesquisa do advogado uma grande contribuição para entender como o direito dos livros está em descompasso com o da realidade. “Essa justiça ideal dos livros, metafísica, não existe. O que existem são seres humanos tentando se aproximar”, diz o professor.

Em artigo publicado em 2010, a juíza Geilza Cavalcanti, da 1ª Vara Civil de Sobradinho, escreveu:

“O grande problema (...) é que se atribui uma conotação negativa as emoções, como se o sentimento fosse algo necessariamente prejudicial e perturbador do bom julgamento. No entanto, a razão e emoção estão neurologicamente interligadas e qualquer estudo sobre o processo de tomada de decisões judiciais deve-se ater a tal constatação.”

E isso, argumenta Eduardo, é a crítica mais importante da sua pesquisa. Não tentar blindar as decisões de fatores externos aos autos do processo, mas sim fazer com que o sistema aceite – e admita a existência – desse tipo de influência nas decisões judiciais. “A gente não quer ser julgado por um robô, um ser superior, mas sim por nossos pares. Pessoas que vivem o que a gente vive e sofrem o que a gente sofre”, afirma o advogado.

“Se a gente diz que o juiz é ser humano influenciado pela sociedade em que atua, a consciência disso nos facilita filtrar o que é bom e o que é ruim nessa relação”, afirma o professor George. Para ele, o local ideal para começar essa discussão é aqui: “O papel da universidade é muito importante. Ela é o principal instrumento para criarmos uma cultura do que é o direito e o que é a Justiça”. ■

■ EU FAÇO CIÊNCIA

Quem é o pesquisador: Eduardo Cravo se formou em direito no Centro Universitário UniEuro, em 2003. Ele concluiu o mestrado no ano passado. Durante dois anos, Eduardo trabalhou como advogado penal, depois se dedicou às causas cíveis.

Título da dissertação: *Ser humano ou ser juiz: etnografia da persuasão racional*

Quem orientou: Frederico Henrique Viegas de Lima

Quem co-orientou: Luís Roberto Cardoso

Onde foi defendida: Faculdade de Direito



Meninos da Novacap, 100x60 cm, 2009/2010, óleo sobre fotografia

DENTRO DA CABEÇA

Mardenavalhas, Macnavalhas, Maramigalhas, Maracanã-lhas, Macumbalhas, Marafundalhas, Marabálhas, Mahaviralhas, Maracangalhas, Marasmavalhas, Mardecanalhas, Maranatalhas, Maramigalhas, Macaralhas, Marafalhas, Mardeserralhas, Maravilhas, Maravalhas

João Paulo Vicente
Repórter · Revista DARCY

Variações de nome do professor Nelson Maravalhas, do Instituto de Artes, em seu livro *A Tarefa Infinita*. Maravalhas é a palavra que designa aquele pedacinho encaracolado de madeira, o refugio da marcenaria. Em Portugal, também significa tudo que vai pro lixo. O lixo, no entanto, é o último lugar onde deveria parar o trabalho de Nelson.

São pinturas, ilustrações e objetos que alguns chamariam de surrealistas – ele recusa o rótulo. Imagens que fogem à realidade, muitas vezes acompanhadas por textos ou palavras sem um sentido claro, a princípio. São metáforas. Aliás, o professor incorpora o gosto pelas brincadeiras com a linguagem em toda sua fala.



Contra-movimentos do mundo, 80x130 cm, 2006, óleo sobre tela



Cena de família (a psicopatologia da vida cotidiana), 92x130 cm, 2005, óleo sobre tela



Crucificação de um cânhambola (e a caixa de fogo), 89x130 cm, 2005, óleo sobre tela



Hallucinação de mastigar pedras, 160x171 cm, 1994/2004, óleo sobre tela

“Eu só consigo me expressar por metáforas”, afirma Nelson. Assim, a diferença entre um objeto e uma escultura vira a diferença entre um vaso e uma mesa, a História da Arte torna-se o voo de um avião e o motor de um carro explica a necessidade de estrutura e narrativa em seus quadros.

E isso é importante. Em cada uma das pinturas percebe-se a presença de estrutura narrativa e de tensão que servem de base para as obras. As segundas são físicas, traços que ajudam a demarcar a composição. Já as primeiras são imaginárias – a história escondida atrás das telas. Essa história, que Nelson conhece tão bem e às vezes deixa claro nos títulos, não precisa ser única. Quem observa pode criar sua própria versão.



O estuprador Nelson, 51x71 cm, 2004, óleo sobre tela



Complexo de Jonas ao quadrado, 92x132 cm, 2006

Muito do que se vê nas telas surgiu para o professor como imagens hipnagógicas. “São imagens mentais que eu vejo quando estou deitado, num momento entre estar acordado e estar dormindo”, esclarece Nelson. O professor conta que, quando isso acontece, ele levanta com a cena claramente na cabeça e põe na tela. O processo, no entanto, demora. “As vezes eu passo seis meses numa pintura. Às vezes, eu revejo alguma coisa anos depois e volto a ela porque acho que precisava ter algo diferente.”

No doutorado, Nelson estudou a produção de artistas psicóticos. O interesse pelo tema surgiu quando visitou uma exposição da Coleção Prinzhorn, coleção feita pelo psiquiatra alemão Hans Prinzhorn de obras dos pacientes de vários manicômios no início do século XX. “Eu entrei ali e pensei: isto aqui é arte de verdade para mim!”

“São pinturas que mostram como funciona o pensamento. Eles sabem que têm algo diferente na cabeça, e querem entender o que é isso”, explica ele. “Sei que funciono de uma maneira um pouco estranha e toda minha produção também é uma tentativa de entender o que eu sou. Tenho um pouco de irmandade com os loucos, no sentido de buscar entender a mente.”



Narciso e seu espelho cego, 20x17x10 cm, 2011, óleo sobre materiais diversos



Imenso aracnídeo, 12x16x14, 2011, óleo sobre materiais diversos

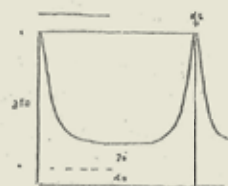
MEMÓRIAS DA MODERNIDADE

— **E**ntão o senhor era ladrão de galinhas!
Eu disse essa frase ao presidente Getúlio Vargas em 21 de abril de 1954, na cidade de Ouro Preto. Getúlio, que se suicidaria meses depois, respondeu com uma sonora gargalhada. Meio sem jeito, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek, riu também e me puxou pelo braço. “Agora chega, essa foi a última”, sussurrou-me ao ouvido.

O episódio aconteceu no Grande Hotel de Ouro Preto, um dos primeiros projetos feitos pelo jovem Oscar Niemeyer. Fiel ao estilo do arquiteto, o prédio permanece até agora como um ícone modernista em meio a casarões e igrejas coloniais. Ali ele deixou uma pintura na parede de 8 metros, uma linda mulher! Naquele dia de 1954, o hotel recebia o alto escalão do governo federal, que se transferira temporariamente do Rio de Janeiro para Ouro Preto, a pedido de JK. Ou seja, desde aquela época, o criador de Brasília já brincava de mudar a capital do Brasil.

Estudante de engenharia, eu estava na festa como correspondente dos jornais O Globo, Correio da Manhã e O Estado de Minas. Aproximei-me de Getúlio para confirmar uma informação: era verdade que o presidente do Brasil estudara em Ouro Preto quando jovem? Era. Chegou a comandar uma república de estudantes, cargo que quase sempre obrigava seu ocupante a roubar galinhas pela cidade, a fim de garantir a janta dos colegas. Daí a conclusão certa: o presidente do Brasil, gaúcho orgulhoso, fora um ladrão de galinhas no interior de Minas. “Ali tomei gosto e hoje sou o presidente da República do Brasil”, comentou sorridente.

Essa familiaridade com o jeito mineiro de fazer as coisas me rendeu a oportunidade de participar da construção de Brasília. Quando Israel Pinheiro, criador da Vale do Rio Doce,



Projeto inédito: O Museu da Terra e da Energia foi criado por Oscar como uma pirâmide invertida. Ao lado, o bilhete do arquiteto aprovando a maquete

*Prêmio Kleber:
as maquetes do museu
da Terra e da Energia
com o projeto*

Oscar Niemeyer

foi convidado por JK para erguer uma cidade no Planalto Central em apenas três anos e meio, exigiu colocar em sua equipe 21 colegas engenheiros de Ouro Preto. Cheguei em 1958, contratado pela Empresa Brasileira de Engenharia para implantar a rede elétrica na cidade. Acompanhei desde o início o movimento de caminhões e tratores na Esplanada dos Ministérios.

Um dia, dirigi-me até a tenda-escritório de Oscar Niemeyer, onde fica hoje o Palácio da Justiça. Com o projeto de Lucio Costa em mãos, perguntei ao arquiteto como seria a estrutura viária ao lado da Catedral, ligando as L2 Norte e Sul, porque eu tinha que executar as galerias subterrâneas para a rede elétrica.

— Eu não sei que m3r#@ é essa! — respondeu Niemeyer, fiel ao seu estilo desbocado. Foi a primeira de muitas discussões que travamos sobre os mistérios da nova capital.

O curioso é que, como arquiteto da Novacap, ele recebia um salário mensal de 31 mil cruzeiros para criar todos os seus projetos. Eu, como recém-formado na iniciativa privada, ganhava 42 mil.

Em janeiro de 1962, me meti em outra saia-justa, desta vez com Darcy Ribeiro. O futuro ministro da Educação estava decidido a inaugurar a Universidade de Brasília dali a quatro meses e sabia que isso só seria possível se as obras fossem contratadas sem licitação. Na casa de um amigo comum, Felix Vieira de Almeida, na 108 Sul, Darcy me deu o ultimato:

— Você vai escolher a empresa que vai construir a UnB. Escolha bem, porque se der problema, a responsabilidade é sua.

Não deu. Sugeri a Darcy contratar o Felix, que já estava construindo em Brasília o Palácio do Desenvolvimento, para a primeira obra da UnB, a Faculdade de Educação — que



Último adeus: Kleber Farias no velório do arquiteto, no Palácio do Planalto

deveria estar pronta em 39 dias! As obras começaram imediatamente. Era tudo uma loucura. Eu estava empregado no Ministério das Minas e Energia, mas tive que largar meu segundo trabalho como professor na rede pública do DF para acompanhar os trabalhos no campus, elaborar questões de vestibular e, claro, ensinar. Para Darcy, trabalhei de graça até ser nomeado professor e ministrar a primeira aula da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Geometria Descritiva Aplicada. Lembro de quando Darcy anunciou que Niemeyer, após várias recusas para participar da criação da Universidade, terminara o projeto do Minhocão. “Vai ser a cara da UnB”, disse.


Naqueles primeiros tempos de UnB, Niemeyer não se envolvia muito com o dia-a-dia da Universidade. Ficava na dele, planejando, de vez em quando reunia todo mundo para saber como estavam as coisas. Mas quando

chegou o abaixo-assinado da demissão coletiva, encabeçado por ele, assinei sem pensar duas vezes. O abaixo-assinado tinha 209 nomes de professores da UnB, demitindo-se em protesto contra a dispensa de 15 colegas perseguidos pela ditadura militar.

Continuei como chefe de gabinete do Ministério das Minas e Energia. Lá, fiquei conhecido como “quebra-tronco” pela minha disposição de assumir grandes desafios. Em 1972, surgiu mais um, novamente envolvendo Oscar Niemeyer. O ministro Antonio Dias Leite queria criar em Brasília o Museu da Terra e da Energia, e que o criador da Pampulha fosse o autor do projeto. Coube a mim fazer o convite, que ele aceitou prontamente.

Recebi o projeto de seu escritório. O museu seria como uma pirâmide invertida, sustentada por duas colunas que se erguiam sobre um espelho d’água. Fiz uma maquete, Niemeyer

aprovou, contratei uma empreiteira e começamos os trabalhos. Estávamos ainda na fase de terraplanagem quando chegou uma ordem de cima para pararmos tudo. O general Ernesto Geisel era o mais cotado para assumir a Presidência da República, e ele não era simpático ao projeto. Niemeyer não ficou surpreso ou irritado com isso. Ele sabia como eram essas coisas.

Estive em seu funeral no Palácio do Planalto. Fui convidado pela secretária da presidente Dilma Rousseff, que trabalhara comigo durante cinco anos. Encontrei amigos antigos e me lembrei de Niemeyer e do que vivi em Brasília desde aquele encontro no barracão. São muitas recordações. Pensei que tinha feito parte da história, não passei a vida em brancas nuvens. Um dia eu ainda verei o espetacular projeto do Museu da Terra e da Energia sendo adotado por uma mente de vanguarda. 

DARCY



Para ler ou ler
revista científica e cultura,
visite as páginas de estudo,
oportunidades de trabalho,
missões de ciência
e muito mais em:

 facebook.com/revistadarcy